



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 057

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE MAIO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Professor Luizão
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Fernandes Litro - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 057

51ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Ata de Posse de Deputado..... 02

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 06

Pequeno Expediente:

Dep. Dr. Batista..... 09

Dep. Elton Welter 10

Dep. Caíto Quintana 11

Dep. Luiz Malucelli 12

Dep. Ademar Traiano..... 12

Dep. Augustinho Zucchi 14

Grande Expediente:

Dep. Péricles de Mello..... 14

Horário das Lideranças:

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano..... 12

Liderança do PDT

Dep. Edgar Bueno 15

Liderança do Bloco PR/PTB

Dep. Jocelito Canto..... 17

Liderança do Partido Democratas

Dep. Elio Rusch 18

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Ribas Carli Filho 19

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 21

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 22

Liderança do PMDB

Dep. Dobrandino da Silva..... 23

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 24

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 26

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 28

Discussão/Votação

2ª Discussão 28

1ª Discussão 28

Requerimentos 31

Encerramento da Sessão 32

Publicações:

Ata de Comissão..... 32

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação 32

Publicações Administrativas:

Pregão Eletrônico..... 32

DIÁRIO Nº 057

51ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 51ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

27 DE MAIO DE 2008

(terça-feira)

Ata de Posse de Deputado:

ATA DA POSSE DE DEPUTADO ESTADUAL

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e oito, na sala da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado, o Sr. Deputado Antonio Anibelli, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, em exercício, convidou o Sr. Luiz Malucelli Neto para assumir a cadeira de Deputado Estadual, em virtude do pedido de licença para tratamento de saúde do Deputado Luiz Accorsi. Em seguida o Sr. Presidente convidou o Sr. Luiz Malucelli Neto para prestar compromisso previsto nos parágrafos 3º e 5º do

artigo 4º do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa do Estado. O compromisso prestado foi o seguinte: “Prometo guardar a Constituição Federal e a Estadual, desempenhar lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense e promover o bem-estar do nosso Estado.”

Encerrando o ato, o Sr. Presidente declarou empossado no cargo de Deputado Estadual o Sr. Luiz Malucelli Neto e determinou a lavratura da presente ata de posse e sua publicação no Diário da Assembléia, para que produza os efeitos legais e regimentais. A presente ata vai assinada pelo Exmo. Sr. Deputado Antonio Anibelli, Presidente do Poder Legislativo, em exercício, e por mim, Abib Miguel, Diretor da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente, em exercício
LUIZ MALUCELLI NETO - Deputado Estadual
ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, secretariado pelo Sr. Deputado Chico Noroeste e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Artagão Júnior, Douglas Fabrício, Francisco Bühner, Mauro Moraes, Reni Pereira e Teruo Kato (06).

Ausente com justificativa a Sra. Deputada Cida Borghetti (01).

Em licença o Sr. Deputado Nelson Justus (01).

Em licença médica o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CEE/CC 1045/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Marcelo Rangel que pede esclarecimentos sobre os descontos dos vencimentos dos dias em que o Secretário de Estado da Comunicação Social esteve ausente das suas funções, em viagem à cidade de Assunción - Paraguai. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 129/08

SÚMULA:

Propõe a doação dos equipamentos: ultra-sonografia geral e um eletrocardiógrafo com laudo para a Secretaria de Saúde do município de Cândói.

Felipe Lucas, Deputado Estadual que este subcreve, vem, respeitosamente, perante o Secretário de Saúde, Dr. Gilberto Berguio Martin, solicitar:

Doação dos seguintes equipamentos:

- um aparelho de ultra-sonografia geral;
- um aparelho eletrocardiógrafo com laudo.

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

O município de Cândói tem um hospital particular que muito embora atenda pelo SUS, os casos mais complexos são atendidos em outras cidades, principalmente em Guarapuava e Curitiba. A doação destes equipamentos certamente proporcionará maior conforto à população que via de regra tem que se deslocar para outros municípios para realizar exames que podem ser feitos na Secretaria de Saúde, evitando deslocamentos que muitas vezes sacrificam a população.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1335

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 182/07 de minha autoria.

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

REQUERIMENTO Nº 1325

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, licença para tratamento de saúde, conforme o especificado em atestado médico, pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias, a partir da presente data.

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 1333-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER autorização da Mesa Executiva para representar o Poder Legislativo no(s) dia(s) 27 de maio a 01 de junho, no evento: XII Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, a ser realizado em Fortaleza, estado do Ceará.

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1334-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente, CONVIDA para uma Audiência Pública a respeito do projeto da Linha Verde, obra realizada na BR-476, antiga BR-116, trecho entre o Atuba e o Pinheirinho, o Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), Dr. David José Gouvêa e Diretores-Técnicos de Análises de Projetos de Rodovias; o Diretor de Operações do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR), Dr. José Pedro Weinand; o Coordenador Técnico do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR), Dr. Oscar Alberto da Silva Gayer e o Presidente da Urbanização de Curitiba S/A (URBS), Dr. Paulo Afonso Schmidt, bem como os técnicos e urbanistas responsáveis pelo referido projeto.

A discussão será realizada na próxima terça-feira, dia 03/06/08, às 10h no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da Audiência Pública é discutir, esclarecer e debater sobre pontos relativos à intervenção da Pre-

feitura de Curitiba em uma via, sem sombra de dúvida, das mais importantes atualmente para a capital e região metropolitana: o trecho entre o Atuba e o Pinheirinho, obra realizada na BR-476, antiga BR-116.

Um debate entre autoridades e técnicos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) e a Urbanização de Curitiba S/A (URBS), bem como entre cidadãos e moradores da região metropolitana, é de fundamental importância para melhorar a qualidade de vida destes motoristas e cidadãos. Uma obra deste porte, juntamente com a necessidade de agilizar o fluxo de veículos e liberar o tráfego no trecho, principalmente em horários de pico, requer discussão aprofundada de detalhes técnicos e consequências para o uso de verba pública.

A referida discussão é baseada no fato da obra não contar com viadutos e trincheiras, bem como alças de acesso e de passagem para os viadutos já existentes no trecho. Tal questionamento é embasado por técnicos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), professores da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR), incluindo relatório com falhas e sugestões para o projeto da Linha Verde, divulgado pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT).

REQUERIMENTO Nº 1326

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com fundamento no artigo 54, inciso XXXIII da Constituição Estadual e no artigo 97, inciso I e II e parágrafos 1º e 2º do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, após ouvido o douto Plenário, seja procedida a convocação dos Srs. José Maria Correia, Presidente da ParanaPrevidência e Mario Lobo Filho, Diretor-Financeiro da mesma entidade, para comparecerem nesta Assembléia Legislativa, em Sessão Plenária da próxima semana, a ser definida por essa presidência, para que esclareçam assuntos relativos à administração da ParanaPrevidência.

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1314

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Argentina Vargas de Oliveira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1315

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de

suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Cecília dos Santos Inácio, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1316

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Eló Miró, ocorrido na cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1317

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Vidalvina Ferreira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1318

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Israel Karpinski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1319

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Urbano Ramos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1320-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Luiz Moreira, ocorrido no dia 13 de abril do corrente, no município de Quinta do Sol.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 2327

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações à família Sugueta, pelo esforço conjunto de reunir numa só equipe, a Paraná Norte, 5 irmãos: Yukio, Geraldo, Huguivyoshi, Mário e Yoshio, durante o 21º Campeonato Brasileiro de Beisebol Veteranos - 55 anos - realizado na ACEL de Londrina, quando alcançaram o título máximo da Chave Ouro.

Os nossos cumprimentos à família Sugueta, pelo brilhantismo do grande feito familiar e esportivo.

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1328

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações à Federação Paranaense de Beisebol, pela realização do 21º Campeonato Brasileiro de Beisebol Veteranos para maiores de 55 anos, o qual foi disputado em Londrina, na Associação Cultural e Esportiva de Londrina - ACEL.

O referido campeonato contou com 10 equipes participantes e apresentou a seguinte classificação: Chave Ouro: 1º lugar - Paraná Norte, 2º lugar: Capital Leste, 3º lugar: Noroeste. Na Chave Prata: 1º lugar: Grande São Paulo Oeste e na Chave Bronze: 1º Lugar para Grande São Paulo Sul.

Registro nos Anais de cumprimentos para os organizadores do 21º Campeonato Brasileiro de Beisebol Veteranos - 55 anos - e para todos os participantes.

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1323

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de congratulações, ao jornal Impacto Paraná.

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Impacto Paraná, através do Sr. Luiz Fernando Fedeger, jornalista responsável pela publicação deste semanário, que nesta ocasião comemora 15 anos de fundação.

O jornal Impacto Paraná é uma publicação independente, investigativa e corajosa que tornou-se grande formador de opinião em meio a classe política e empresarial paranaense. Seu estilo polêmico e irreverente garante a fidelidade de milhares de leitores que têm acesso a este jornal todas as semanas.

REQUERIMENTO Nº 1324

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de congratulações à Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia.

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia, por ocasião das comemorações dos 50 anos de fundação.

Destacamos o trabalho realizado em prol da comunidade, através da sua Presidente, Sra. Marília Pereira Lopes, bem como as demais voluntárias das suas 20 oficinas.

REQUERIMENTO Nº 1321

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura nova, em caráter de urgência, para o Destacamento da Polícia Militar do município de Ramilândia.

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por objetivo oferecer condições para a realização das atividades da Polícia Militar em Ramilândia, tendo em vista que os dois veículos à disposição do Destacamento encontram-se em precário estado de conservação, sem condições de trafegabilidade, necessitando sua urgente substituição.

REQUERIMENTO Nº 1332-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião, solicitando os seguintes documentos e informações relativos às escolas estaduais do município de Ponta Grossa:

1) quantas escolas públicas estaduais existem em Ponta Grossa;

2) quantos alunos estão matriculados nas escolas públicas estaduais de Ponta Grossa;

3) desse montante:

a) quantos estudam pela manhã,

b) quantos estudam à tarde,

c) existem turmas noturnas? Em caso afirmativo, qual a idade dos alunos.

4) Qual o percentual de meninas e de meninos matriculados?

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1334

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, sejam prestadas as seguintes informações relativas à votação das emendas declaradas inconstitucionais pela Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, ao Projeto de Lei nº 170/08, de autoria do Poder Executivo:

- se houver, por parte dos autores, recursos à Mesa ao parecer contrário da CCJ às citadas emendas;

- em caso afirmativo, tais recursos foram lidos em plenário antes da votação das mesmas?

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1325-A

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido da Sra. Fátima Andrade, que pede uma solução para o problema referente ao esgoto que está voltando para a lavanderia de sua residência. A Sra. Fátima afirma que SANEPAR não executou o ligamento do esgoto de sua residência com a rede de esgotos. Ela já entrou em contato com essa SANEPAR 07 (sete) vezes e infelizmente nada foi resolvido. Os transtornos causados são muitos, o mau odor é insuportável, além do perigo de contração de doenças. Face a gravidade da situação solicitamos urgência no atendimento do presente. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente.

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 228/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beltronense de Bolão - ABBEL, com sede e foro no município de Francisco Beltrão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beltronense de Bolão, que foi constituída em 2007, presta relevante serviço à sociedade paranaense, promovendo e incentivando atividades relacionadas à prática de bolão especialmente na região de Francisco Beltrão. A entidade, através de suas atividades, visa proporcionar ao povo paranaense o conhecimento e o interesse com relação à prática desse esporte que faz parte da cultura do sudoeste do nosso estado.

Pela importância do serviço prestado por esta associação à nossa sociedade é que esta Deputada propõe o presente.

PROJETO DE LEI Nº 229/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lobato, com sede no município de Lobato e foro na comarca de Colorado.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lobato, reconhecida como APAE de Lobato, foi fundada em 11/03/97, na cidade de Lobato, é regida por estatutos próprios, registrados no Serventia Distrital Notarial Registral de Lobato, com sede na rua 01, nº 57, conjunto Valdevino Pereira de carvalho, caixa postal, 11, CEP 86790-000 - Lobato/PR, e foro na comarca de Colorado/PR. Seu CNPJ é 01.794.067/0001-08.

Trata-se de uma associação civil, filantrópica, de caráter assistencial, educacional, cultural, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, sem fins lucrativos, com duração indeterminada.

Objetiva promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente mental, em seus ciclos de vida, crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania.

Também, coordenar e executar na sua área de jurisdição os objetivos, programas e a política da Federação das APAEs do estado e da Federação Nacional das APAEs.

Sua atuação em serviços e programas de prevenção, educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, visa a inclusão social da pessoa com deficiência.

O exercício das funções dos membros dos órgãos indicados neste artigo, não pode ser remunerado a qualquer título, sendo vedada a distribuição de lucros, bonificações, ou de quaisquer outras vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, a dirigente, Diretores, Conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes, sob qualquer denominação, forma ou pretexto.

Deste forma, pedimos o devido apoio para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 230/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Fernandes Pinheiro, com sede no município de Fernandes Pinheiro e foro na comarca de Teixeira Soares.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Fernandes Pinheiro, entidade fundada em 21/07/06, têm por finalidade atender as necessidades culturais, educacionais, desportivas e de saúde, do grupo a que destina o seu trabalho na comunidade em que está inserida, bem como, promover em caráter assistencial, o estudo e a pesquisa, buscando o amparo aos seus atendidos, além de contribuir para o bem-estar e a congregação destes na sociedade.

Destacamos, sobremaneira, a constante e importante atuação desta entidade perante seus representados, com o êxito comprovadamente alcançado em todas as suas realizações.

Trata-se de uma entidade, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 08320504/0001-09, e pela sua comprovada importância e representatividade, merece ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidade como de utilidade pública do estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 231/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Semana de Prevenção do Diabetes na rede pública estadual de ensino, a ser comemorada, anualmente, na semana na qual se inclui o dia 14 de novembro, Dia Mundial do Diabetes.

Art. 2º A Semana de Prevenção do Diabetes tem como objetivos:

I - levar ao conhecimento dos alunos, pais ou responsáveis informações sobre a doença;

II - orientar os pais ou responsáveis sobre a prevenção, o diagnóstico e o tratamento adequado;

III - detectar possíveis casos de diabetes entre os alunos;

IV - realizar o devido encaminhamento dos casos detectados para acompanhamento médico especializado.

Art. 3º O Poder Executivo, por meio de seus órgãos competentes, fixará a programação a ser desenvolvida durante a semana instituída por esta lei, tais como palestras, seminários, além de outras atividades que possam ser desenvolvidas para dar efetividade aos objetivos estipulados no artigo 2º.

Art. 4º As escolas da rede pública estadual de ensino poderão efetuar parcerias com Organizações Não-Governamentais, Associações Profissionais, Órgãos Públicos Estaduais e outras entidades afins para implementar os objetivos pretendidos pela Semana de Prevenção do Diabetes.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei que visa instituir a Semana de Prevenção do Diabetes junto às escolas estaduais com o propósito de levar aos alunos, professores, servidores, pais e mesmo a comunidade ligada à estes estabelecimentos, o conhecimento desta doença, que vem se espalhando, independente da faixa etária. Hoje, tanto crianças, como os adolescentes vêm sofrendo deste mal, que antes estava restrito às pessoas com idade mais avançada, como por exemplo, os idosos.

Através das informações à respeito desta enfermidade, da orientação preventiva, do diagnóstico precoce e do encaminhamento para o acompanhamento médico especializado, é que poderá o estado tornar concreta a intenção do legislador constitucional de garantir por meio de políticas sociais a redução e a eliminação de doenças (artigo 167 da C.E).

Assim como o acesso universal e igualitário às ações e serviços da saúde para a promoção, proteção e recuperação só efetivamente se realizará com conhecimento real com informações precisas e verdadeiras desta doença silenciosa, mas fatal em seus sintomas.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de leis, a aprovação do projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 232/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominada Rodovia Guilherme Kantor a Rodovia Estadual PR-281, nos trechos que ligam Fluiópolis a Rio Claro, no município de São Mateus do Sul e Rio Claro ao município de Mallet.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo homenagear um dos pioneiros da colonização do interior paranaense. Guilherme Kantor trabalhou de forma intensa para implantar o transporte coletivo cuja meta era integrar os municípios que floresciam aos centros mais evoluídos, proporcionando assim maior intercâmbio social e econômico entre eles.

Seu ingresso na área dos transportes se deu após comprar um veículo motorizado, fazer os primeiros transportes de erva-mate e perceber que a cidade e região necessitavam de uma empresa de transportes coletivos. Assim surgiu, em 30/09/21, a primeira linha de diligências, como era conhecida na época, cuja viagem inaugural cobriu o percurso de São Mateus do Sul a Três Barras. Os passageiros eram apanhados e devolvidos em suas casas.

Em junho de 1938 foi inaugurada a linha São Mateus do Sul - Curitiba via Palmeira, utilizando veículo mais moderno. Tal evento representou um marco na história da evolução do transporte coletivo.

Também a ele é creditada a parceria na instalação da primeira usina de xisto do Paraná, em São Mateus do Sul, tendo apoiado a iniciativa que resultou na extração de gasolina do xisto pirotbetuminoso, sendo também o primeiro a utilizá-la, dirimindo dúvidas e atestando sua qualidade. Anos mais tarde, a PETROBRAS encampou a usina, vez que o Governo Federal despertou para a necessidade de explorar a vasta reserva de xisto, incrementando com vigor o desenvolvimento da região.

Guilherme Kantor faleceu em 07/09/56, com a certeza de muito ter contribuído para estabelecer, através do transporte, um novo tempo nas relações comerciais entre diferentes comunidades.

PROJETO DE LEI Nº 233/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Desde que tecnicamente viável, os prédios construídos pelo Poder Público Estadual, por meio de execução direta ou indireta, devem contar com sistema de

captação e reservatório de água pluvial para ser utilizada na limpeza do prédio e em outros fins apropriados.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, que dispõe sobre a captação e a reserva de água pluvial nos prédios construídos pelo Poder Público Estadual.

Água é vida! A frase singular e bastante representativa denota a importância da água para a manutenção de todas as espécies, justificando o crescimento da consciência coletiva em preservar este recurso natural finito, apesar de renovável.

Essa consciência é mais abrangente em regiões onde a disponibilidade de água é menor, fazendo com que as populações utilizem-na de forma mais racional. Entretanto, o estágio de degradação dos mananciais que abastecem as grandes metrópoles, tem feito com que a água boa seja cada vez mais escassa e, conseqüentemente, mais cara, levando indivíduos e até núcleos populacionais, a buscar fontes alternativas para seu abastecimento.

Uma dessas fontes que vem despertando grande interesse denomina-se Aproveitamento da Água de Chuva ou A2C. O princípio é bem simples: toda água precipitada sobre os telhados de uma casa ou outra construção são direcionados para uma cisterna, com fins de armazenamento e posterior consumo não potável.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para aprovação do projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 234/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Laranjal, com sede e foro no município Laranjal no estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27/05/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Laranjal é uma instituição civil de direito privado, sem fins lucrativos, voltado exclusivamente para

prestação de serviços para promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e está regularmente constituída de acordo com a legislação brasileira.

Finalidades da entidade:

Além de proporcionar a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência, preferencialmente mental, em seus vários ciclos de vida; crianças, adolescentes, adultos e idosos, sempre buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania.

Articula junto aos poderes públicos e entidades privadas, políticas que assegurem o pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência e com outras entidades no município, que defendam a causa da pessoa com deficiência em qualquer de seus aspectos.

Exige de seus associados o permanente exercício de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito de Movimento Apeano.

Estimula e promove o desenvolvimento de programas de prevenção da deficiência na família e promoção, de proteção, de inclusão de defesa de direitos da pessoa com deficiência e de apoio e orientação da sua comunidade.

O título de utilidade pública é essencial para que este trabalho possa ser mantido e, para que o número de pessoas especiais, atualmente atendidas, seja cada vez mais ampliado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta presidência comunica ao Plenário o requerimento de licença para tratamento de saúde do Deputado Luiz Accorsi, por 121 dias, e comunica ao Plenário que no gabinete da 1ª Secretaria, com a presença de vários Deputados, o suplente Luiz Malucelli já se encontra empossado e estará participando, a partir deste instante, como Deputado nesta Casa.

Pequeno Expediente:

No Pequeno Expediente, com a palavra o primeiro orador inscrito, Dr. Batista, por cinco minutos.

Deputado Dr. Batista (PMN)

O SR. DR. BATISTA

Sr. Presidente, nobres Pares, senhores e senhoras, imprensa.

Tive a satisfação hoje de assistir uma palestra, na parte da manhã, na “escolinha” do Governador do Estado, Roberto Requião. O que me impressionou muito foi a apresentação do Secretário de Estado da Saúde, que nos trouxe grandes informações que existem nos recintos de todo o estado sobre o tabagismo, sobre o mal da fumaça, o mal do cigarro. Vejam bem que muitos fumantes não conhecem sequer uma das complicações ou uma patologia que venha levá-lo para o outro mundo.

Quando vemos assim, a nicotina, o fumante - aí vêm as perguntas - quando estamos falando sobre o cân-

cer do aparelho circulatório, os grandes infartos, câncer de pulmão e as pessoas não acreditam.

Outro dia estava fazendo uma palestra na cidade de Maringá e vieram me perguntar: “Dr. Batista, é verdade que quem fica ao lado de quem está fumando fuma tanto quanto o que está fumando?” Eu lhe digo: Não, é pior ficar do lado de quem fuma. O fumante está usando o filtro e aquelas 4 mil e 700 substâncias que tem no cigarro, das quais 400 são muito tóxicas, 400, estas levam a estas grandes patologias! Aí eles me dizem assim: “Então não posso ficar ao lado de fumante. Cheguei num restaurante e lá estava escrito: ‘Fumantes desse lado, não fumantes do outro lado’.” Imaginem que bobagem, o não fumante está fumando tanto quanto o fumante, porque o ambiente é o mesmo, aquela fumaça está no ar e prejudicando àqueles que não fumam!

Deputado Belinati, o senhor que é uma grande liderança lá em Londrina, o senhor sabe muito bem que todas as mulheres que fumam, as suas crianças nascem abaixo do peso. E as mulheres não fumantes, amigas das fumantes, também suas crianças nascem abaixo do peso. Puxa vida, sabendo de todas as complicações que existem com a nicotina - lá tem amônia, tem benzênio na fumaça! Se tem amônia e tem benzênio e tem todas estas complicações, por que fumar, sabendo dos cânceres que existem, daquelas patologias? E as pessoas dizem: “Já existe uma lei no estado, Dr. Batista.”

Olha, se existe uma lei no estado, pense bem quando você está querendo comprar um cigarrinho. Primeiro a indústria do tabaco incentiva, porque o jovem, uma criança quando coloca um cigarro na boca, qual é a primeira sensação que eles têm? A sensação é horrível do primeiro cigarro. O que a indústria do tabaco faz? Começa a adocicar o cigarro, para que as crianças e os adolescentes comecem a usar o tabaco - sabendo das complicações e das patologias que existem. Quando você pega um cigarro, você está comprando o quê? Está comprando uma dependência, um câncer, mau hálito, cegueira, falta de fôlego, impotência, envelhecimento precoce, quando não de presente um infarto.

Veja bem o que faz o cigarro. Então, não se iluda com aqueles ambientes que dizem: “Fumantes para cá, não fumante para lá”. Isso é uma tamanha de uma mentira. Estão enganando a população no estado do Paraná e no Brasil, porque a fumaça que sai do cigarro, cheia de amônia, cheia de nicotina, cheia de benzeno, está levando o câncer para aquele que não fuma. O que não fuma fica tão contagiado quanto aquele que fuma.

Vou dizer uma coisa aos colegas, Deputado Miltinho, Deputado Zuquinho, tem um ditado: “Onde há fumaça... tem outra coisa.” Dentro da medicina guarde uma coisa: onde há fumaça, há doença. Previna-se. Não deixe o seu filho entrar nessa, não comece com cigarro adocicado, porque você vai se intoxicar de nicotina, benzeno e amônia e, com certeza, você vai ter uma grande dificuldade circulatória, em todo o seu aparelho circulatório,

em todo o seu organismo, inclusive a impotência. Onde há fumaça, há doença.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

No Pequeno Expediente o Deputado Elton Welter, por cinco minutos.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, para que os Anais da Casa registrem, foi confirmado hoje aquilo que foi antecipado ontem pelo Ministro Stephanes, mais 10 estados e o distrito federal foram declarados livres da aftosa. Para o Paraná, Deputado Zucchi, essa notícia é extraordinária considerando que tivemos, de fato, prejuízos na medida que surgiu aquele foco no Mato Grosso, e depois se aprovou que não tínhamos aftosa.

Portanto, estamos correndo atrás do prejuízo, a sanidade agropecuária é um tema que precisa ser levado com muita seriedade, ainda mais por nós que produzimos alimentos para o mundo. Essa notícia é fundamental para o Paraná que é o maior produtor agropecuario do Brasil. Nós que expandimos nos últimos anos o comércio de carnes e alimentos e, vamos expandir ainda muito mais, de preferência agroindustrializá-los.

Outro tema, Sr. Presidente, que queria tratar neste dia é com relação ao trabalho que o nosso Secretário Valter Bianchini tem feito na Secretaria da Agricultura. Temos acompanhado o trabalho desse Secretário, companheiro de partido, ele tem feito um esforço muito grande para colocar o Paraná cada vez mais no patamar do estado, de fato, que responde a toda política que o Governo Federal coloca. E o estado, aqui, também faz o esforço no sentido de fazer acessar os programas estaduais e federais aos agricultores, seja de pequeno, médio ou grande porte.

O Secretário da Agricultura Valter Bianchini, nesse tempo que está na Secretaria conseguiu já a pedido do Governador consolidar o Programa Trator Solidário. Diga-se de passagem, que só não foram entregues pelo menos 3 mil tratores porque a fábrica não está vencendo.

Já acompanhei a entrega de tratores no interior do estado acompanhado do Governador, do Secretário Bianchini, do Vice-Governador Pessuti. A satisfação de um produtor rural, público alvo do PRONAF, que é o que tem a possibilidade de acessar a esse Programa Trator Solidário, a satisfação é muito grande.

Pagamento em 10 anos, com juros baixos, equivalência em milho.

Como isso é importante para o produtor que muitas vezes tem um equipamento já velho, que não tinha condições de atender a sua necessidade na sua propriedade, e esse Programa ajudará muitos agricultores familiares a se fixarem no campo e terem tecnologia cada vez mais adequada a sua realidade local.

Acabou de ser anunciado a extensão para a atividade do leite na mesma modalidade do Trator Solidário. Os equipamentos para quem trabalha com o leite - poderão adquirir equipamentos - sejam resfriadores de leite, sejam carretas para carregar silagem ou enfiladeiras para produtores e produtoras de leite, a modalidade será também no processo de leilão, para compra dos equipamentos.

Certamente o custo cairá e conseguiremos estender toda modernidade do ponto de vista daquilo que existe de equipamento para a pecuária de leite, para os agricultores familiares que precisam dos equipamentos novos e com pagamentos de longo prazo.

Isso certamente fará com que o Paraná seja o estado que mais vai usar recursos do PRONAF. O Paraná realmente tem batido record de captação de recursos via Banco do Brasil ou outras agências que trabalham com crédito para agricultura familiar.

Para finalizar, quero encerrar o meu pronunciamento ressaltando a comemoração dos cinco anos do Programa Leite das Crianças. Ele foi divulgado muito e esse Programa realmente revolucionou. Para quem é médico e está aqui assinando, Dr. Batista, sabem que o leite incrementado com o valor nutricional, ele possibilita e diminui o problema de saúde infantil.

Nós, hoje, no Programa Leite das Crianças, que atende diariamente 175 mil crianças todo dia, já desde a sua implementação em 15 de maio de 2003, foram distribuídos 221 milhões de litros de leite beneficiando 722 mil crianças. Porque há crianças que saem do Programa e outras que entram. Mas atendem diariamente nos 399 municípios do Paraná 175 mil crianças.

É um Programa que além de organizar a cadeia produtiva ajudou a regular o preço do leite, fomentou a atividade leiteira e, com certeza em função desse Programa e estímulos na pesquisa do leite que o estado tem feito. O estado do Paraná está superando o estado de Minas Gerais que também tem bastante know-how na atividade leiteira.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Caíto Quintana.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente e Srs. Parlamentares.

O Pequeno Expediente seguramente não seria o melhor horário para tratar do assunto que pretendo e, se necessário, em outra oportunidade vou tratá-lo também.

Vi nesta Casa e na própria imprensa do Paraná muitas e muitas vezes cronistas, matérias, pessoas que escrevem para a redação dos jornais questionando a questão de Segurança na cidade de Curitiba, falando na falta de policiamento, falando que a população está apavorada

com o aumento da criminalidade e a falta de Segurança. Conheço, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, profundamente, pela convivência, o caráter e o desejo de acertar do Coronel Anselmo, hoje Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná. Ora, conheço a emoção e o desejo de aumentar a Segurança Pública nas ruas de Curitiba, que antes de sua posse ainda muitas e muitas vezes me colocava isso quando Chefe da Casa Militar, hoje substituído pelo jovem Coronel Washington, de competência comprovada.

Pois bem, assumindo o comando da Polícia Militar, os Soldados, os Oficiais que estavam nos Batalhões, que estavam dentro das corporações e inclusive na Casa Militar, todos que estavam no serviço burocrático foram postos a trabalhar na rua, como Coronéis, Tenentes-Coronéis, Capitães, Majores, Sargentos, todos na rua. Houve indiscutivelmente um aumento de policiais nas ruas de Curitiba e se o efeito será melhor ou não é uma análise que será feita, seguramente, por saber se mais Polícia ou menos Polícia poderá fazer com que a sensação de segurança seja aumentada, mas seguramente a população quer Polícia na rua e a determinação do Comandante da Polícia Militar, do Coronel Anselmo, é Polícia na rua. Sua posição foi clara. Muitas pessoas que há anos estavam na burocracia, dentro de gabinetes, estão hoje nas esquinas. E por que na esquina?

Porque grande parte dos assaltos, dos roubos, acontecem nas esquinas, embaixo do sinaleiro. Quando fecha o trânsito, infelizmente, ou por medo, ou por falta de solidariedade, muitas vezes alguém está sendo assaltado e há uma fila de veículos atrás e ninguém se move na defesa daquele que foi assaltado. É no sinaleiro que se assalta. Tem, portanto, policiais a mais hoje em sinaleiros, mas a sua ação policial não tem separação de Polícia Rodoviária, Polícia Florestal, Polícia de Trânsito ou policial que esteja à serviço da prevenção, pois Polícia, quando está no lugar, tem que agir pela segurança da população. Então, um policial que está em uma esquina, da mesma forma que ele está lá para inibir um assalto à mão armada de alguém que esteja com o carro parado, esse policial também, por obrigação de função, se alguém atravessar no sinal vermelho, ele vai multar. É evidente, porque senão ele seria omissos no cumprimento da sua missão.

E daí o que nós assistimos? As mesmas pessoas que cobram policiamento na rua, daqui a pouco começam a colocar que, em razão de uma eleição, está se colocando Polícia na rua para multar o cidadão para confundir com a multa do pessoal da Prefeitura. Nada! Existe identificação na multa. Aquela que foi feita pelo Guarda da Prefeitura, é multa arrecadada para a Prefeitura, e aquele que foi multado pelo policial do estado, é identificado que foi o policial. Eu me pergunto só uma coisa, deixo a pergunta no ar: se um policial estiver a serviço para proteger no trânsito, há um assalto num sinaleiro e passar alguém no sinal vermelho e o policial não multar, não identificar essa falha, o que diria a população sobre o

trabalho desse policial? Seguramente o recriminaria por ele não estar cumprindo com o seu dever. Se ele cumpre o dever nós o acusaríamos de que ele está tentando confundir a opinião pública a respeito de um processo eleitoral. Minha gente, vamos despartidarizar! Segurança Pública é um direito do cidadão, e todos devemos ajudar para que melhore, tanto na nossa capital quanto no nosso estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Luiz Malucelli.

Deputado Luiz Malucelli (PSDB)

O SR. LUIZ MALUCELLI

Boa-tarde, Sr. Presidente Felipe Lucas, Deputado Duílio Genari, Deputado Chico Noroeste. Quero saudar também o nosso Presidente Nelson Justus, o Presidente Anibelli, saudar o nosso 1º Secretário Alexandre Curi, os demais Deputados desta Casa de Leis. Dizer da minha alegria e felicidade que tenho neste momento de retornar a esta Casa, que vem dando lição para o Brasil de modernidade, de transparência, e neste momento sinto-me feliz. Desejo ao Deputado Accorsi pronto restabelecimento, companheiro esse que é do nosso partido, do PSDB. E mais uma vez agradecer o apoio e o carinho que tive desde o momento em que voltei a esta Casa hoje pela manhã. Saudar a imprensa, que sempre me trata com muito respeito. Enfim, estamos aí para somar junto com os demais Deputados integrantes desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Esta presidência agradece, em nome dos Deputados, a volta do Deputado Malucelli, e a sua simpática presença. Seja bem-vindo. Muito obrigado.

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na Sessão Plenária da tarde de ontem ouvimos aqui um brilhante pronunciamento do Deputado Durval Amaral. Um dos Deputados de maior conhecimento da técnica legislativa desta Casa, tanto é que é o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, advogado de formação, de uma bagagem jurídica com certeza respeitável, que trouxe aqui algumas informações que as Assembléias Legislativas, por iniciativa dos seus Presidentes, estão trabalhando no sentido de fazer algumas propostas com relação à reforma tributária. Enfim, no sentido de buscar a valorização do Poder Legislativo Estadual em todos os estados da federação. Achei oportuna e brilhante a participação e a intervenção do Deputado Durval Amaral com

relação a esta preocupação que os Srs. Presidentes dos Legislativos Estaduais estão tendo, até porque, infelizmente, neste país, procuram colocar na vala comum os Poderes Legislativos do país, quando alguns fatos extras acabam ocorrendo e a sociedade e a imprensa comprometem a estrutura dos Legislativos deste país como um todo. Lamentavelmente, os Poderes Legislativos deste país ainda sentem-se castrados com relação ao poder que possuímos.

Esse trabalho que os Presidentes estão fazendo é no sentido de retomar a possibilidade da independência maior dos Poderes Legislativos do país, fazendo com que o respeito possa imperar. Que não tenhamos que ficar, nesta Casa, vinculados, atrelados e cumprindo apenas o papel de dizer amém aos Poderes Executivos.

Não vou me referir ao estado do Paraná, porque também não foge à regra. E faço este pronunciamento porque já fui Executivo e de ser legislador lá no interior, no meu município, quando Vereador, sei perfeitamente das diferenças que existem entre o Poder Legislativo e o Executivo.

E agora que aqui estamos exercendo este importante cargo delegado pelos paranaenses, temos que fazer com que a defesa intransigente dos interesses do Poder Legislativo restabeleça e as nossas prerrogativas possam ser exercidas como um todo.

Uso a tribuna para exercer a minha fala, no sentido da valorização do Poder Legislativo Estadual.

Hoje pela manhã, ouvindo o Bom Dia Paraná, acompanhava uma notícia onde a Rede Globo dava uma ampla repercussão de que um Juiz da cidade de Londrina condenou um estabelecimento bancário, porque uma cliente do Banco ficou durante 56 minutos na fila.

Falo isso para mostrar que todos os Parlamentares que aqui estão, estão com uma responsabilidade enorme de mostrar aos paranaenses que a nossa ação e trabalho não estão voltados apenas para a fiscalização do Poder Executivo, mas vai além, no sentido de elaborar leis que possam proteger a sociedade paranaense.

Esta lei é de nossa iniciativa. E me orgulho de poder sustentá-la nesta tarde, fazer aqui o pronunciamento, porque fiquei feliz hoje quando ouvi a Rede Globo. E já tenho conhecimento que não é apenas a cidade de Londrina, outras cidades deste estado valeram-se dessa lei estadual para proteger nosso consumidor paranaense.

A Rede Globo deu um enfoque muito grande, citou o número da lei, mas não citou o seu autor. Não importa! O que importa é que os paranaenses saibam que todos os Parlamentares que aqui estão, estão, acima de tudo, usando das suas atribuições legais, constitucionais, com o objetivo maior de defender o nosso consumidor paranaense.

Portanto, fico extremamente feliz e quero cumprimentar o Deputado Durval Amaral porque seu discurso, na tarde de ontem, foi de um conteúdo muito forte, de um valor jurídico respeitável.

Passa a usar o horário da Liderança do PSDB

Quero crer que se essa ação acontecer vamos fortalecer e restabelecer as prerrogativas dos nossos Poderes Legislativos Estaduais e Municipais e aí sim não seremos mais, com certeza, instrumento apenas dos Poderes Executivos, porque esta Casa não é diferente das demais Casas do país. Lamentavelmente, em função do modelo instalado neste país, atualmente, ainda estamos muito vinculados, maneteados e atrelados às decisões dos Poderes Executivos dos estados.

O Sr. Durval Amaral (Partido Democratas)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Nobre Deputado Ademar Traiano, quero agradecer V. Exa. pela maneira gentil e elogiosa que se refere a nossa atuação e ao nosso trabalho na Assembléia Legislativa. Quero dizer que também tenho por V. Exa. grande apreço. V. Exa. também se esmera, se dedica na atuação parlamentar e nesta Casa se encontra há cinco mandatos. Fico muito feliz de ver que o nosso pronunciamento começa a ganhar força, ganhar corpo dentro do Parlamento para que possa, também, alcançar a sociedade paranaense, a sociedade brasileira.

Estamos vivendo um processo gradativo de esvaziamento do Parlamento. Lembro-me que não faz muito anos os Parlamentares Estaduais poderiam propor a criação e a emancipação política de municípios. Essa prerrogativa foi retirada dos Parlamentares Estaduais. Poderia enumerar várias oportunidades que existiam em que o Parlamentar poderia legislar e hoje não pode mais fazer. Tenho certeza que esse colegiado dos Presidentes das Assembléias Legislativas do Brasil, que se reuniu aqui na cidade de Curitiba, semana retrasada, trouxe luz à atuação parlamentar quando no artigo 22 se pretende deixar claro alguma competência exclusiva para o Presidente da República e, obviamente, essas competências deverão ser respeitadas. Quando no artigo 24 da Constituição Federal pretende abrir o leque ou dar mais oportunidade para que o Congresso Nacional, via de consequência, os Parlamentares Estaduais possam legislar concorrentemente, você fortalece sobremaneira o Poder Legislativo no âmbito brasileiro.

Agora, não mencionei ontem, por absoluta falta de tempo. Há também outro dispositivo contido nessa proposta de emenda constitucional que altera o artigo 61, salvo engano, da Constituição Federal, que diz que preservou-se a exclusiva iniciativa do Chefe do Poder Executivo Nacional, do Presidente da República, automaticamente, toda e qualquer outra matéria, quando houver apoio da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em via de consequência dos Parlamentares Estaduais, poderá ser objeto de projetos de lei, excluindo-se tão-somente aquelas que tratem da estruturação do estado, que tratem da criação de cargos, porque

essas sim são funções exclusivas do Chefe do Poder Executivo.

Não será uma batalha fácil, mas esse grito de despertar do Legislativo Estadual do Paraná e de tantos outros Legislativos brasileiros, acredito que vá fortalecer a democracia e essa tem que ser a nossa luta para que possamos, efetivamente, não ficarmos resumindo a nossa luta em simplesmente dar nome às rodovias, aos viadutos, projetos importantes também, mas de menor relevância para a sociedade.

Muito obrigado e parabéns pelo pronunciamento.

O SR. ADEMAR TRAIANO

É uma verdade, V. Exa., conceituado, renomado Jurista, dá realmente um enfoque muito forte a este pleito de todas as Assembléias Legislativas do país, capitaniados pelos Srs. Presidentes que procuram dar um novo norte, um novo rumo a este Poder.

Fico muito feliz pelo seu aparte, pela sua participação, e quero crer que realmente a partir daí, quem sabe, possamos gozar de um respeito muito maior da sociedade lá fora, porque infelizmente fico triste quando vejo alguns veículos de comunicação, alguns comunicadores neste país que ganham fortunas e que não têm que dar satisfação a ninguém, ao contrário do que nós fazemos, passamos pelo crivo do povo a cada quatro anos, num verdadeiro vestibular. Somos sabatinados e cobrados, muitas vezes por alguns comunicadores que não devem satisfação, que colocam todos os Srs. políticos na vala e no ralo comum, enquanto não sabem e não procuram salvaguardar aqueles bons políticos existentes neste país.

Assisti ao programa da Hebe na noite de ontem, quando ela fazia um comentário pelo falecimento do extraordinário homem público, o Senador pelo PDT, Jeferson Peres. E ela fazia um tributo de respeito a este homem público, realmente. Mas, ao mesmo tempo em que fazia este tributo, condenava os demais. Não podemos concordar com isso, porque nem todos são políticos dentro daquela estirpe que muitas vezes o comunicador espera que sejam.

Tenho a convicção de que todos nós que aqui estamos passamos pelo crivo da sociedade, temos que ser sabatinados para enfrentar a cada quatro anos a população e aqui estamos, com um único objetivo, que é defender, intransigentemente, os interesses da sociedade paranaense, através da elaboração de leis, que é a nossa missão principal.

Fico triste quando vejo o Congresso Nacional ter que decidir com medidas provisórias, empurradas goela abaixo pelo Poder Executivo, castrando definitivamente o poder do legislador. E é exatamente nesta linha que quero crer que os Srs. Presidentes e o Deputado Durval Amaral fez seu discurso ontem, procurando exatamente mudar o curso desta história, valorizando os Poderes Legislativos Estaduais e com certeza, na sequência, o Congresso Nacional, para que não tenhamos que ficar mais nesta dependência de estarmos com os pires nas

mãos, tendo que nos curvar todos os dias aos Chefes dos Executivos para, em troca de alguns favores, podermos agir politicamente no interior dos nossos municípios no Estado do Paraná.

Portanto, fiz questão de usar da tribuna nesta tarde, porque entendi que de tantos e tantos pronunciamentos que já ouvi aqui, achei que o Deputado Durval Amaral foi ontem, realmente, brilhante. Foi oportuno. Trouxe para este Plenário, para este Parlamento, a luz da grande oportunidade de restabelecermos nossas prerrogativas e começarmos, quem sabe a partir deste movimento de todo país, das Assembléias Legislativas dos estados brasileiros, um movimento que possa valorizar os Poderes Legislativos deste país.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Concedemos a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Augustinho Zucchi.

Deputado Augustinho Zucchi (PDT)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Embora não seja o tempo suficiente para abordar esta questão, mas quero nestes cinco minutos falar de um assunto que o Deputado Romanelli abordou ontem, mesmo que em rápidas palavras, mas disse o Deputado Romanelli do trabalho que tem feito o Senador Osmar Dias para resolver o famigerado problema da multa no estado do Paraná. E a multa não é apenas a multa. A multa tira o Paraná, quer dizer, o término dessa multa, Deputado Jonas, tira o Paraná da inadimplência, devolve ao Paraná a condição para que o estado possa ter convênios, para que o estado possa operar normalmente as suas funções enquanto Poder Público, além do que diminui o seu impacto na dívida, porque passa a não valer a taxa SELIC para a correção da dívida.

E falo hoje aqui sobre o projeto de resolução de autoria do Senador Osmar Dias, que visa suprimir, revogar os parágrafos 7º e 8º, do artigo 2º da resolução do Senado de 1998, acrescidos pelo artigo 1º da Resolução nº 047, de 21 de dezembro de 2007, do Senado Federal.

Ocorre que a resolução aprovada anteriormente não foi cumprida pela Secretaria do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional alegou que havia inconstitucionalidade, já que o pagamento dos títulos ficava a cargo da união.

Hoje, com a correção através desse projeto de resolução do Senador Osmar Dias, passa o estado a responder pelos títulos, mas acaba-se com a multa, e credita-se ao Governo do Paraná, aos cofres do Governo do Paraná, credita-se cerca de R\$ 200 milhões, que foi descontado do repasse, aliás, o que foi suprimido do estado através das multas.

Imagino o seguinte: o que quero ressaltar aqui e faço neste curto espaço de tempo é que o Senador Osmar

Dias, embora tenha uma posição política que o levou a disputar a eleição no último pleito, cumpre rigorosamente com a sua função de Senador, de representante do estado no Senado Federal. Está ele olhando os interesses da população paranaense. Alguém pode dizer: “Não, mas isso é obrigação”. É obrigação, mas isso em muitas vezes não acontece. Muitas vezes, Deputado Chico Noroeste, olha-se as questiúnculas políticas, os problemas políticos. Aliás, muitas vezes, de forma autofágica, acabamos prejudicando o estado por falta de ter uma visão do bem público, uma visão maior do que aquela simplesmente da disputa política em si.

Então, acho que com esse projeto de resolução, aliás, o Deputado Reni está em Brasília, está acompanhando, pensava que seria votado hoje, como nós também pensávamos, está ele acompanhando, porque ele é Relator da prestação de contas de 2006 e isto, inclusive, muda a questão da prestação de contas do Governo, porque o Governo contabilizou lá os 200 milhões como dinheiro em caixa e que, na verdade, esse dinheiro não entrou.

Então, se essa resolução for aprovada, resolve o problema do passado e também do futuro, porque teremos aí, obviamente, não mais a cobrança da multa e o estado passa a ter uma outra condição.

Então, não foi possível votar hoje, por conta de que o Senador Aloísio Mercadante, Presidente da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos, não estava presente e o Senador Osmar Dias, então, deixou para votar essa resolução, para discutir essa resolução na Comissão de Assuntos Econômicos na semana que vem, na terça-feira.

Faço esse registro para dizer que o Senador Osmar Dias agora assume, neste momento, a Liderança do PDT no Senado da República e vai trabalhar firmemente na defesa dos interesses da população do Paraná. Tenho certeza que essa é uma posição que a população do Paraná espera dos seus políticos, dos seus representantes e assim o Senador está cumprindo rigorosamente com esse princípio que tem.

Agradeço essa oportunidade e quero dizer aqui que a morte do Senador Jeferson Perez deixou uma lacuna política visível no nosso Brasil. Homem de uma estatura democrática reconhecida por todos e que deixa um belo exemplo de ética, de condução de vida pública para todos nos guiarmos.

Obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos aguardando já há vários dias uma definição sobre a questão dos diplomas da VIZIVALE, questão que afeta 35 mil paranaenses e tenho acompanhado sistematicamente, recebido informações praticamente diárias de Brasília, mas não queria me manifestar até que a posição fosse concluída de forma definitiva. No entanto, estamos recebendo muitos questionamentos, os professores estão nessa questão já há bastante tempo e hoje recebi uma informação mais concreta: conversei com o professor Romeu, Presidente do Conselho Estadual de Educação do Paraná, ele está atuando diretamente em Brasília, junto ao Ministério da Educação, a favor da causa dos professores, também com o Deputado Federal Ângelo Vanhoni e com o gabinete do Senador Flávio Arns, que também tem intervido junto a essa questão. Poderia dizer que estamos muito próximos, mas muito próximos de um desfecho favorável ao pleito que iniciamos há quase um ano, junto com os demais Deputados, pela Comissão de Educação da Assembléia.

Em função disso, estou convocando, na condição de Presidente da Comissão que foi formada na Audiência Pública neste plenário, com centenas de professores, estou convocando uma reunião da Comissão para a semana que vem para começarmos a chegar aos encaminhamentos finais.

A informação mais importante que temos é que dentro da Secretaria de Educação Superior, onde havia os maiores questionamentos sobre o curso, há uma idéia de solução que, sinteticamente, seria a seguinte: o Ministério da Educação homologaria um parecer da Secretaria de Educação à Distância, passando para o Conselho Estadual de Educação a solução definitiva desse problema e sugerindo ao Conselho que encontre a solução em parceria com as instituições de ensino superior do Paraná. Homologado esse parecer o Conselho vai entrar, imediatamente, em contato com as nossas universidades e autorizado pelo Ministério da Educação a resolver essa questão, na sua alçada, encontrar a alternativa para o registro dos diplomas por nossas instituições de ensino superior, alternativa que pode ser um curso complementar, ou à distância, presencial, mas de qualquer maneira estamos muito próximos da solução favorável ao pleito dos 35 mil professores.

Estamos aguardando ansiosos e acredito que até a semana que vem teremos já a solução definitiva e por esse motivo resolvemos convocar então a Comissão formada por representantes da Associação dos Municípios do Paraná, que é o Prefeito Eugênio, que é o representante dos alunos, que esteve em Brasília conosco, pelo Ministério Público, pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, pela APP - Sindicato, Conselho Estadual de Educação e o Diretor da VIZIVALE.

Subo por isso à tribuna para deixar os professores que têm por e-mail, ou telefonado para o gabinete - muita tensão - mais tranquilos, porque nos aproximamos finalmente do desfecho favorável ao pleito dos 35 mil paranaenses.

Foi um trabalho muito longo, várias reuniões em Brasília, vários Deputados estiveram conosco, cito o Deputado Litro, o Deputado Caíto Quintana e outros Deputados, Deputados Federais. O Conselho pegou essa causa como se fosse dele, o Conselho Estadual de Educação. O professor Romeu, o Oscar Alves que é o Conselheiro de Londrina. O próprio Dr. Arnaldo tem estado permanentemente em Brasília. Fizemos reunião com o Secretário de Educação à Distância, o Secretário de Ensino Superior, até a Consultoria Jurídica do MEC, o Procurador Geral que emitiu esse parecer que vem ser favorável ao nosso pleito. Subi apenas para deixar mais tranquilos os 35 mil professores do Paraná. Brevemente teremos uma solução definitiva para este caso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

No Grande Expediente, Deputado Rossoni, por cinco minutos.

(**Declina**)

Horário das Lideranças:

Passa-se ao Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Edgar Bueno, por 10 minutos, pelo PDT.

Liderança do PDT: Deputado Edgar Bueno

O SR. EDGAR BUENO

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Hoje tivemos a aprovação de um dos projetos mais importantes do momento na Assembléia, aliás, na CCJ.

Conseguimos aprovar o monitoramento eletrônico de detentos apenas dos regimes abertos e semi-abertos do Paraná. Passou pela CCJ hoje, com parecer do Deputado Luiz Carlos Martins, favoravelmente, dando um parecer favorável à constitucionalidade dessa matéria. O Deputado Romanelli questionou a matéria, mas liberou toda a Bancada para que pudéssemos votar uma matéria tão importante como essa.

Digo porquê é importante. Nas últimas notícias - e vi isso ontem pela televisão mostrando hoje a qualidade das cadeias, dos presídios do nosso país. Não é diferente no estado do Paraná. Nós que conhecemos os cadeiões, que conhecemos a situação, que passam por lá presos de alta periculosidade ou não, mas hoje se tornaram as cadeias públicas verdadeiras pocilgas do nosso estado e do nosso país. Alguma coisa tem que ser feita. Acompanhamos ontem uma matéria que acho que o Brasil inteiro acompanhou, mas é uma série de matérias que a TV Globo deve apresentar. por aí nós podemos perceber quão são deprimentes hoje as cadeias, os presídios públicos do nosso país. Alguns falam que se prende um cidadão em débito com a sociedade para que ele possa se recuperar. Mas dali não se recupera absolutamente ninguém.

O estado de Minas já aprovou aquilo que estamos propondo e que foi aprovado hoje na CCJ. O estado de São Paulo já aprovou. O nosso Senado está também tramitando esta matéria com parecer favorável e nós aqui no Paraná, vamos ter oportunidade de ter uma lei aprovada, onde diminui o custo deste preso. Ou seja, ele custa hoje para o estado ou para a nação de R\$ 1.600 a R\$ 1.900. Ele pode ter uma queda no custo para o estado, para o cidadão de R\$ 1.600, de R\$ 1.900 para R\$ 600 e vai ser monitorado, vem para o seio da sociedade e vindo para o seio da sociedade vai ser produtivo. Assim, busca um caminho de reciclagem para a volta ao seio da sociedade e monitorado, com certeza, não estará cometendo nenhum crime.

No final do ano, quando se concede o indulto de Natal, concedido pelo Presidente da República, muitos deles que vão para as ruas, além de cometer outros crimes, não voltam mais. O estado gasta verdadeiras fortunas para recuperar esse apenado.

A partir de um projeto como esse aprovado, tenho certeza absoluta que o Paraná estará entrando no caminho certo e vamos recuperando e buscando soluções para os nossos presídios e os nossos cadeiões públicos que, infelizmente, só trazem a desgraça a todo país, à imagem do nosso país, a imagem deprimente a todos aqueles que são condenados e estão presos.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT) (Aparte)

Agradeço, Deputado.

Os homens públicos têm oportunidade, em momentos, de demonstrar o seu espírito público. Parece redundância. Os políticos têm momentos de demonstrar o seu espírito público maior do que as eleições, pensando no bem maior, pensando no estado do Paraná, pensando no país. Esse espírito de grandeza, de reconhecimento, temos que enaltecer aqui. É tão difícil vermos esse comportamento.

O Senador Osmar Dias, que assume mais uma vez a Liderança do PDT no Senado, recebeu uma correspondência do Vice-Governador do Paraná Orlando Pessuti.

(Lê):

“OFÍCIO Nº 268/08

Senhor Senador:

Congratulo o empenho de V. Exa. em defender os interesses do estado do Paraná e de nosso povo, sobretudo no esforço conjunto em aprovar a resolução que libera o estado da pesada e injusta multa.

Certamente os valores decorrentes da multa servirão para implementar políticas de desenvolvimento sócio-econômico e, além disso, viabilizarão o ingresso de recursos externos através de convênios, em benefício do povo do Paraná.

Aproveito a oportunidade para externar votos de consideração e apreço.

Atenciosamente.

(a) **ORLANDO PESSUTI**

Vice-Governador do Estado do Paraná”

Está aí um exemplo de grandeza do Vice-Governador Orlando Pessuti, em reconhecer o empenho do Senador Osmar Dias para reverter essa situação de multa que, penosamente, o estado todo mês chega na boca do caixa, tirando da área social tão necessitada.

Obrigado!

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Deputado Luiz Carlos Martins, essa é a diferença dos políticos de visão, aqueles que têm compromisso com o estado. A partir do dia que se elege, ele não tem mais lado, tem o lado da população. O político responsável, a partir do dia da sua eleição, não é mais o político do seu partido, nem da sua facção, ele é um político que representa o povo como um todo, e tem que saber essas horas e encontrar as diferenças.

Quero cumprimentar V. Exa. por trazer esse assunto, cumprimentar e reforçar os agradecimentos ao Vice-Governador Orlando Pessuti, que com sua sabedoria consegue buscar o trabalho daquelas pessoas que devem e têm o compromisso com o estado do Paraná.

Já que estamos falando em política e em ética política, não posso deixar de registrar nesta tribuna o falecimento precoce do nosso Jeferson Peres, nosso Senador, que morre sob a égide da ética.

Jeferson Peres, dizem as matérias nacionais, não tinha amigos, não tinha parceiros. Ele tinha o certo e o errado. Se o parceiro dele estivesse certo, ele concordava e apoiava. Se qualquer parceiro ou adversário estivesse na linha de conduta errada, com certeza ele condenava.

Então quero, para não me alongar com referência ao Jeferson Peres, ler o que diz uma matéria da Gazeta do Povo: “Canalhas de todas as matizes, eu não sou como vocês. Ética, para mim, não é pose, não é bandeira eleitoral, não é construção artificial de imagens para uso externo. Ética, para mim é compromisso de vida!”

Ele deixa um grande vácuo ao Brasil, incalculável, porque é um cidadão brasileiro considerado por todos, por todas as alas, os políticos, inclusive seus adversários.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB) (Aparte)

Quero me somar a V. Exa. quando discorre sobre a ética do nosso Senador Jeferson Peres. É lamentável, diminui ainda mais nossa reserva moral política neste país, quando uma das grandes reservas morais que tínhamos no Congresso Nacional era na pessoa do Senador Jeferson Peres. Uma perda irreparável, na verdade, no campo ético. Muito grande a perda. É lamentável que hoje ele não esteja mais no Senado Nacional, com a grandeza que tinha sua pessoa.

Muito obrigado.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Tínhamos mais dois assuntos importantes aqui. Com referência a pombos, UTI neonatal em Cascavel, infestada por piolhos de pombos. Não é nenhuma crítica aqui, mas é uma preocupação. Isto causa grandes trans-

tornos às crianças, mais de 10 bebês com menos de 28 dias tiveram que ser transferidos da UTI neonatal do nosso hospital regional, hoje nosso Hospital Universitário, que infelizmente traz uma preocupação muito grande para Cascavel.

Mas, fica aqui o registro e logicamente um alerta para os Diretores do hospital regional, do Hospital Universitário, o HU de Cascavel, para que tomem as providências mais urgentes possíveis.

Um abraço e muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Na Liderança destinada ao Bloco PTB/PR, concedemos a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PR/PTB: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente gostaria de falar de dois assuntos importantes. Primeiro, que esta semana chegam a Ponta Grossa mais 10 leitos de UTI. Desta vez os leitos de UTI pediátricos, que estavam programados desde o início, do momento em que o Hospital da Criança passou por uma reforma - talvez aqui o Deputado Péricles, que no seu tempo já havia a programação de se trazer esses leitos de UTI e acabou com problemas na construção. A empresa que ganhou teve problemas e assim acabou não se resolvendo esse problema das UTIs pediátricas. Mas, esta semana chegam a Ponta Grossa as tão esperadas UTIs pediátricas. É algo que estávamos precisando e que esta semana o Governo entrega em Ponta Grossa.

Por outro lado, também estivemos ontem em uma visita oficial ao Seminário Verbo Divino, onde se fez, a pedido do próprio Governador, uma vistoria para ver as condições de transformar aquele estabelecimento para o ano que vem em algo como ensino integral de 5ª à 8ª série. Então, está sendo feita uma avaliação, documentos estão sendo remetidos ao Secretário para se fazer uma avaliação, que é um imóvel maravilhoso.

Por outro lado, aproveitando aqui o nosso Presidente da CCJ, Deputado Durval Amaral, a Oposição, a Situação e o Bloco Independente, queria tratar de um assunto que acho que precisamos começar a colocar em ordem. Nós ainda estamos vivendo um pouco daquela era do nosso querido Aníbal Khury, que sempre era muito solidário com aquilo que acontecia aqui na Casa e que lá de trás se fazia isso. Mas, estamos vivendo também em um momento em que mudou muito a política. Sr. Presidente, e tem coisas que acontecem nesta Casa que não podem acontecer e eu acho intrigado com essas questões de emendas ou proposições colocadas na CCJ e gostaria de ouvir depois o Deputado Durval Amaral, que já me falou isso, de que emendas colocadas e rejeitadas na CCJ não podem vir para o plenário sem que haja um recurso - tem que haver um recurso por parte do Deputado que está

propondo. Então, se faço uma emenda e ela é rejeitada na CCJ, o que tenho que fazer?

No meu entendimento, tenho que fazer um recurso para a CCJ. A CCJ, por sua vez, vai julgar depois, vai colocar na Ordem do Dia para ver se recebe ou não aquele pedido de revisão da inconstitucionalidade. Esse é o primeiro ponto. Como segundo ponto, quando uma emenda é feita lá na CCJ e o projeto vem automaticamente para o plenário, como foi aquela votação das emendas do reajuste salarial, que foi votado às 14h30 e às 15h, já estava aqui, cabe o quê a alguém que se sentiu ofendido com a sua emenda?

No meu ponto de vista, propor um recurso direto ao Plenário. E o que é recurso? O Deputado que subcreve a emenda registra que não se sente atendido e que acha que a sua emenda ou proposição é constitucional. E aí, o que acontece?

O Presidente da Casa, ao receber o recurso, precisa antes de tudo votar o recurso daquela emenda, salvo se eu estiver enganado. No meu entendimento, através do que diz aqui, uma emenda só vai vir para o Plenário se ela tiver a devida votação da maioria dos Deputados. Ela não pode ser colocada em votação enquanto não for votado o recurso do Deputado e, no meu entendimento, quando isso aconteceu agora em alguns momentos aqui, a Presidência da Casa e nem o Deputado propôs recurso, o que torna nulo aquele ato do Deputado que propôs a emenda. E daí alguém diz: "Mas a Casa está acostumada a fazer isso". Não! Nós não podemos mais fazer isso. Não podemos mais brincar com essas coisas, porque daí dá toda aquela confusão aqui e pessoas são machucadas em função de que algo começou errado.

Concedo um aparte ao Deputado Luizão.

O Sr. Professor Luizão (PT)

Deputado Jocelito, parabéns pelo vosso pronunciamento!

Concordo plenamente com V. Exa., porque não é admissível que uma emenda tenha mais força que um projeto de lei ou tenha um tratamento diferenciado. Por que o projeto de lei, quando chega na CCJ, recebe parecer contrário? O autor pode recorrer na própria CCJ, caso ele não tenha sucesso ele pode recorrer do parecer ao Plenário. Acho que isso é bastante justo, porque é um projeto que vem para plenário sem parecer, ou com parecer contrário da CCJ. Nesse caso não precisa da CCJ, é só protocolar o projeto aqui e já votar aqui mesmo, por que para que serve a CCJ se ela dá parecer contrário? Não serve para nada, o projeto vem aqui da mesma forma.

Então, Deputado Jocelito, parabéns, e eu colhi assinatura de diversos Deputados, entramos com projeto de resolução, e acredito que se levamos adiante para corrigir essa distorção, a meu ver poderíamos estar fazendo o processo corretamente, tendo nas emendas o mesmo procedimento legislativo dos projetos de lei.

Parabéns, Deputado Jocelito, pelo seu pronunciamento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Deputado Nereu, V. Exa. que é mais conhecedor do que eu, o artigo 68 diz que não podemos em momento nenhum mexer em despesas previstas que são de autoria do Poder Executivo. Está aqui na Constituição. E o nosso Regimento Interno não pode ser maior do que a Constituição.

Então, Deputado Nereu, gostaria de ouvir V. Exa. Até porque entendo que houve um erro da Mesa, estou requerendo hoje quais os motivos que a Mesa não colocou em votação o pedido que deveria ter sido colocado, pedido feito pelos autores das emendas que perderam as emendas na CCJ, o recurso que não foi votado de acordo com a lei.

O Sr. Nereu Moura (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Jocelito, V. Exa. traz a esta Casa uma dicotomia do nosso Regimento Interno. Na verdade, o Regimento Interno da Assembléia diz que o projeto de lei votado contrariamente na CCJ ele é arquivado terminantemente, pode ter recurso do proponente da matéria na CCJ, pode ter recurso porque, evidentemente, cada Deputado pode ter uma compreensão diferente da outra.

Agora, o Regimento Interno, no artigo 170, diz que as emendas serão votadas em grupo conforme tenham parecer favorável ou contrário. Portanto, o parecer da CCJ às emendas é uma recomendação apenas e tão-somente para que o Plenário, que é soberano, defina, porque V. Exa. sabe que o Plenário da Casa é soberano em qualquer circunstância, inclusive em relação à decisão da Mesa. A decisão do Presidente sempre é, na verdade, colocada numa posição inferior à decisão do Plenário, que é soberano.

Então, Deputado Jocelito, o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná diz que quando recebe um parecer contrário, uma emenda da CCJ, aqui no plenário tem que ter uma votação em contrário, ou seja, o Presidente precisa colocar em votação a emenda avisando o Plenário que teve parecer contrário na CCJ e essa é a maneira contrária de se colocar aqui em votação em Plenário, e respeitando a soberania desta Casa.

Então, não sei, Deputado Jocelito, se a reclamação de V. Exa. tem guarida na Constituição ou no Regimento Interno do Congresso Nacional. De qualquer forma, V. Exa. traz um assunto que temos que discutir ainda mais.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sim, temos que interpretar esse artigo, Deputado Nereu Moura. O senhor leu um artigo que dá para interpretar de uma forma ou de outra, dá para ter duas interpretações. Esse Regimento aqui deixa muitas dúvidas. Agora, volto a dizer, emenda que é a mesma coisa, a emenda que vem a ser o mesmo que uma proposição, não poderia vir ao Plenário, a não ser na forma de recurso, e o recurso teria que ser votado pelo Presidente. Está aqui o

recurso referente a tal emenda, aí os Deputados têm que votar a favor ou contra o recurso. Esse é o meu entendimento. Podemos discutir muito mais isso, e olha que eu não sou advogado, nem bacharel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Lucas)

No horário dos Democratas, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

***Liderança do Partido Democratas:
Deputado Elio Rusch*****O SR. ELIO RUSCH**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Dois assuntos me trazem a esta tribuna: o primeiro se relaciona com o nosso partido e o segundo é sobre o porto de Paranaguá.

O nosso Partido Democratas está realizando periódicas reuniões nas diversas regiões do estado do Paraná. Já realizamos em Paranaíba, Maringá, Campo Mourão e Cascavel. Ontem foi aqui em Curitiba, que compreende todas as cidades da região metropolitana. Dia 5 teremos uma reunião em Prudentópolis, sábado em Pato Branco, dia 2 de junho em Paranaguá, dia 5 em Goioerê, entre outros encontros que o nosso partido vai realizar.

Ontem à noite, numa grande festa democrática do nosso partido, que aconteceu no Restaurante Madalosso, reuniram-se inúmeras lideranças locais, Deputados Estaduais e Federais, Prefeitos, ex-Prefeitos, Vereadores, lideranças empresariais, lideranças políticas. Ocasão em que o nosso partido alcançou algumas pré-candidaturas, entre elas a pré-candidatura a Prefeito de Curitiba do nosso companheiro o Deputado Osmar Bertoldi.

Estavam presentes: o Presidente do nosso partido, Deputado Abelardo Lupion, o Presidente Nacional Rodrigo Maia, o Deputado Federal Paulinho Bornhausen e Deputados de outros estados. Isso mostra claramente que o nosso partido busca ocupar o seu espaço, tanto nas Prefeituras, como também pensando nas eleições de 2010. No lançamento de candidaturas ou coligado com outros partidos, buscar vencer as eleições.

Talvez alguns possam estranhar o que vou dizer agora. As mais diversas lideranças estavam presentes e a imprensa. A Rede Globo, o SBT, a Bandeirantes, a Record, a CNT, o Canal 21 não estavam presentes. Mas quem estava presente no nosso encontro era a TV Educativa. Quando vi a TVE na entrada da reunião, pasmem, pensei comigo: "sou Deputado há tanto tempo na Assembléia Legislativa, acredito também o Deputado Plauto Miró, o Osmar Bertoldi, o Deputado Durval Amaral, mas ninguém nunca foi entrevistado pela TVE. E, de repente, a TV Educativa, para minha surpresa, estava presente no encontro do nosso partido, ontem à noite, aliás, a única TV que estava presente. Aí pergunto: o que existe? O que há por detrás disso? Existe algum interesse? Ou será que a TV Educativa mudou seu comportamento? Ou será que

a TV Educativa, a partir de agora, vai começar a entrevistar os Deputados da Oposição? Ou vai começar a dar espaço para os partidos que fazem oposição ao Governo do Estado? Fica o ponto de interrogação: o que existe por detrás dessa cobertura da TV Educativa no encontro do nosso partido, que aconteceu no dia de ontem?

Espero que a TV Educativa também participe em Prudentópolis, em Pato Branco, em Paranaguá, em Cianorte. Espero que participe das reuniões do PSDB, do PDT, do PPS. Eu, como Secretário dos Democratas do Paraná, não entendi o que há por detrás disso, sinceramente. Vamos ver o que vai acontecer no noticiário da TV Educativa no dia de hoje, no dia de amanhã, o que existe por detrás disso.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Deputado, tenho três minutos e 40 segundos e devo falar sobre um assunto importante ainda na Sessão de hoje.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

É sobre essa visão conspiratória que V. Exa. tem. Gostaríamos de ter essa capacidade de articulação que V. Exa. relata.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Acho que deve ser. Por causa disso, talvez, num futuro não muito distante, possamos saber o que existe por detrás disso.

Quero falar, também, Srs. Deputados, nesses três minutos e 20 que me restam ainda, sobre o porto de Paranaguá. O porto de Paranaguá tinha um Diretor Técnico chamado Leopoldo Campos, que foi sumariamente demitido e, repentinamente, foi nomeado o Sr. André Ricardo Cansian. Não conheço esse senhor. Respeito todo cidadão. Deve ser uma pessoa altamente qualificada e técnica, mas estranhamente foi nomeado esse senhor, que é sócio de uma empresa - por questão de ética não quero dizer qual empresa - que tem prestado serviço para o Governo do Estado. Segundo a imprensa já tem noticiado, no estado do Paraná, sua empresa tem faturado dos cofres do estado mais de R\$ 6 milhões, só de 2006 para cá. Essa mesma empresa, esse Sr. André Ricardo Cansian, conforme a imprensa tem noticiado no estado do Paraná, tem faturado mais de 3 milhões no porto de Paranaguá e, agora, ele é nomeado como Diretor Técnico daquele porto.

Aí vem uma questão que o Deputado Valdir Rossoni, com muita propriedade, se aprofundou nessa questão. O Deputado Plauto tem se aprofundado. Longe disso, Deputado Rossoni, quero colaborar com seu pronunciamento, com aquilo que o senhor tem falado sobre o porto de Paranaguá, sobre a dragagem do porto de Paranaguá. Olha, não se faz licitação, não se compra draga porque o preço mínimo, conforme a APPA diz, tem que ser R\$ 7.

Tivemos na semana passada uma Audiência Pública, promovida pela Liderança da Oposição e coordenada pelo Deputado Valdir Rossoni, com a presença de um senhor altamente qualificado, Dr. Prange, que é um profundo conhecedor da questão do porto. O que ele disse? Não se resolve porque não se quer, mas tem que se pagar o preço justo. Ele disse que no mercado mundial se pratica algo em torno de R\$ 10 para remover 1m3 de areia no Canal da Galheta, e aqui não quer se pagar mais do que R\$ 7. Não encontram draga nenhuma. Agora, estranhamente, aí que caberia ao Líder do Governo, Deputado Romanelli, um esclarecimento, porque chegou às nossas mãos que foi enviado um documento, não sei para quem do porto, dizendo que tinha uma draga para vender, sim, e essa draga poderia chegar em dois meses, pronta para operar no porto de Paranaguá, mas tinha que ser vendida, comercializada, e o porto não se interessou.

Aliás, o Dr. Prange até diz, afirma que a melhor solução para o porto é a compra de uma draga. E por que não se comprou a draga? Parece-me, Deputado Felipe Lucas, que o prazo que eles tinham dado já expirou e me parece que essa draga não tem mais como comprar. Não quero entrar no preço, não sei se é caro, se é barato, mas temos que resolver a questão do porto de Paranaguá.

Então, aí vem uma outra questão, é a mesma coisa como aquele encontro nosso do partido, ontem, com a TV Educativa, que eu não entendi, e agora também não entendo, Deputado Valdir Rossoni, a questão da dragagem do porto de Paranaguá. Não se faz licitação porque o preço de mercado é um e aqui se promete, ao menos, pagar um preço, conforme o Dr. Prange, que é um preço vil, que ninguém vai fazer a dragagem e ninguém está fazendo e diz que não tem draga. Tinha draga, sim. Tinha draga no mundo e alguém foi atrás dessa draga para comprá-la e não se deu resposta. Por que não se deu resposta? O que existe atrás disso? Não se quer comprar a draga ou tem outros interesses? Não sei. Não sei. Mas sei que o Paraná está perdendo a competitividade e o porto está correndo sérios riscos de acontecer, espero que não, o encalhe de um navio. Espero que isso não venha a acontecer e que não precisemos lembrar disso num futuro aqui na Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Lucas)

Bloco PSB/PRB/PV, Ribas Carli Filho com a palavra.

***Liderança do Bloco PSB/PRB/PV:
Deputado Ribas Carli Filho
(PSB)***

O SR. RIBAS CARLI FILHO

Sr. Presidente Deputado Felipe Lucas, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, todos que nos acompanham pela TV Assembléia.

Subo à tribuna na tarde de hoje para esclarecer um fato que veio à tona e que foi trazido à Assembléia

Legislativa na tarde de ontem por um Parlamentar da minha região a respeito de um asfalto, de uma pavimentação asfáltica numa região, numa área que liga o distrito de Guará, que é um distrito da minha cidade, da cidade de Guarapuava, ao município de Inácio Martins.

Fui duramente criticado, inclusive com palavra de baixo calão e que não ousaria, de forma alguma, repetir nesta Assembléia Legislativa, em frente aos Srs. Parlamentares, e me envergonharia muito repeti-las perante todos os paranaenses que hoje nos acompanham pela TV SINAL aqui na Assembléia Legislativa,

Quero dizer que a obra foi confirmada, foi anunciada a licitação, e que bom que isto aconteceu, que o Governo do Estado, Deputado Belinati, anunciou, confirmou um anseio daquela população, daquelas pessoas que vivem em Inácio Martins, que vivem no distrito do Guará, e que há muito tempo esperam por esta realização.

Agora, muito me surpreendeu o fato de que o outro Parlamentar esbravejou, elevou-se e, como disse aqui, agredindo a minha pessoa, tomando para si uma obra que é de todos os paranaenses, uma obra que é feita pelo Governo do Paraná para os nossos irmãos paranaenses e que atende aos cidadãos do distrito de Guará, atende a quem mora em Góes Artigas, a quem mora em Inácio Martins. Agora, muito me surpreendeu porque ele tomou para si. Será que esse Deputado tem a escritura do Governo do Estado? Será que esse Deputado tem a escritura das licitações e das obras que acontecem no estado do Paraná? Ou será que as obras, as ações feitas pelo Governo do Estado são para todos, são uma realização de todos? E querer aqui me reprimir, tirando as minhas prerrogativas de indicar de forma legislativa, de fazer requerimentos, de fazer pronunciamentos! Estou aqui com quase 50 mil votos de paranaenses para defendê-los, para ser uma voz de defesa, de representação, de representatividade nesta Casa e assim vou fazer! De forma alguma esse Parlamentar vai me reprimir ou vai me deixar aqui constrangido com discursos inflados, discursos que foram mais uma gritaria, que me envergonho de fazer parte neste momento em que as pessoas acompanham, pela TV Assembléia e que os Srs. Parlamentares acompanharam por aqui!

Quero dizer que nunca faltei com respeito com nenhum dos Srs. Deputados, Srs. membros da Mesa, Srs. da imprensa, nem nos momentos em que precisamos ser mais enérgicos, que devemos ser mais ríspidos talvez em alguma atitude, nunca faltei com o respeito! Nunca atingi a pessoa de nenhum Parlamentar aqui dentro, nenhum funcionário desta Casa nunca foi agredido por este Parlamentar, essa não é, nunca foi e nem será a minha conduta parlamentar!

Fico realmente um pouco chateado, mas deveria subir a esta tribuna e assim o faço para esclarecer os fatos, porque foi dito que este Deputado se apoderou de uma obra, que jamais havia se manifestado. Em primeiro lugar, não me apoderei de obra alguma, usei das minhas prerrogativas parlamentares para representar e defender a

população, os quase 50 mil paranaenses que em mim confiaram e divulguei, divulguei uma obra, divulguei uma ação do estado, nas rádios, nos jornais, na internet, porque eu sim prezo pela transparência, eu sim todas as semanas, no meu programa de rádio, anuncio o que faço, o que deixo de fazer e de que maneira defendo os paranaenses aqui na Assembléia Legislativa. Prezo pela transparência e quero desafiar aqui se algum Parlamentar da minha cidade, da minha região faz e preza por essa transparência que eu prezo.

Também foi dito que me apoderei da obra sem nunca ter me manifestado a respeito, isso é um desconhecimento total! Tenho aqui em minhas mãos, Srs. Deputados, uma indicação legislativa que data de 2 de abril de 2007 que diz: “Com fulcro no que autoriza o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em especial o artigo 127, o Parlamentar que abaixo subcreve vem solicitar de V. Exa. proceder a realização da pavimentação asfáltica do trecho da PR-364 entre o município de Inácio Martins e o distrito do Guará, no município de Guarapuava, totalizando 28 quilômetros de asfalto. Tal indicação justifica-se pelo benefício que trará ao desenvolvimento daquela região servindo como rota alternativa para desvio de duas praças de pedágio.

Sala das Sessões, em 02/04/07.

(a) Ribas Carli Filho”

Está documentado para quem quiser ver, está na diretoria legislativa, está na internet também, temos a disponibilidade e acesso para qualquer cidadão paranaense. Então, Sr. Presidente, subo a essa tribuna para esclarecer a todos que nos acompanham, a todos os Srs. Parlamentares que o equívoco que o meu concorrente Parlamentar, meu adversário político, nunca o considere como inimigo e espero nunca assim o fazer porque nunca faltei com respeito, nunca faltei com educação com nenhum Parlamentar aqui desta Casa. Nunca agredi a pessoa de ninguém, divergimos, pois sim, divergimos muitas vezes, ele sustenta o Governo nesta Casa, eu me oponho porque critico. Mas, esse é um momento que deveria ser de alegria e, de repente, foi transformado em agressão, em um esbravejo.

Quero, por fim das contas, como sempre falei que criticaria quando tivesse que criticar, mas também enalteceria as partes como deveriam ser enaltecidas. Então, aqui para todos que quiserem ouvir o Srs. Parlamentares, todos vocês que estão sendo contemplados com essa obra, que a partir de uma indicação legislativa que foi sim de minha autoria, está documentado aqui. É bom que fique claro. Quero agradecer realmente o atendimento que o Governo fez através da minha indicação legislativa.

Um aparte ao Deputado Belinati, após o Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Deputado Ribas Carli, tenho um profundo respeito e admiração a V. Exa., jovem, um garotão ainda, está no começo da vida, no começo da carreira parlamentar e, de maneira brilhante.

Nesses 40 anos que estou completando de vida pública aprendi o seguinte: que você perde a razão quando você agride. A agressão é argumento de fraco. Quando não temos argumento passamos a agredir o oponente. Acho que foi um momento de infelicidade do opositor de V. Exa. Mas se me permitir uma sugestão, mantenha em toda a sua carreira essa sua postura de serenidade, de tranquilidade e de nunca agredir. Quando um Parlamentar vai para a tribuna para agredir o seu opositor, ele perde totalmente a razão.

Então, V. Exa. muito lúcido, muito sábio, desempenha com dignidade, com inteligência o mandato que o povo lhe conferiu.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Fernando Ribas Carli parabéns pelo seu pronunciamento. Quando cheguei a esta Casa de Leis, existia uma premissa.

Existia aqui dentro um ditado que Deputados da Oposição não construíam absolutamente nada, não conquistavam absolutamente nada, apenas os Deputados do Governo. O senhor fez o que estava ao seu alcance, apresentou a indicação, fez a cobrança necessária e a obra era extremamente necessária para aquela região. O senhor também tem os méritos e merece os nossos aplausos pelo seu trabalho.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Quero dizer que, ao contrário de haver embate pela paternidade da obra, quero convidar o meu opositor para que juntos possamos anunciar as obras, para que juntos possamos defender a região central do Paraná, para que juntos possamos buscar o desenvolvimento de toda a Guarapuava e de todo o estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Lucas)

Liderança do PP, Deputado Antonio Belinati com a palavra.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero usar o horário do meu partido, Partido Progressista, para falar um pouco da minha querida Londrina, essa terra roxa de paixão.

Na década de 30, um grupo de empresários ingleses colonizou o norte do Paraná, começando por Londrina. Eles tinham ali uma empresa, de vez em quando mudava de nome, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, daí até o nome Cianorte, Cia., de Companhia Norte, de norte do Paraná. Infelizmente, os ingleses colonizaram todo o norte do Paraná e não ficaram ali. Levantaram um bom dinheiro e foram embora. Mas a nossa gratidão ao trabalho que eles desenvolveram.

Os ingleses imaginavam que Maringá é que seria a cidade pólo, a grande cidade do norte do Paraná. Londrina seria apenas uma cidade com não mais do que 30 mil habitantes, seria o ponto de entrada ali, a caminho de Maringá.

E Maringá é uma das cidades mais bonitas do Brasil, com bonitas e modernas avenidas largas. Ela foi projetada para ser uma grande cidade. Londrina, com essa visão dos ingleses, acabou sendo prejudicada no seu planejamento urbano, porque tem ruas estreitas. Mas por que Maringá não alcançou, naquele momento, aquilo que os ingleses projetaram? Porque a estrada de ferro entrou em crise e levou 20 e poucos anos para chegar de Londrina até Maringá. Com isso Londrina avançou, e hoje é uma das cidades mais imponentes do Brasil, com 500 mil habitantes.

Evidentemente que ela não passa por um grande momento, diria que é o pior momento da história, mas temos que destacar a garra dos pioneiros que construíram com tanto amor essa grande cidade que é Londrina, grande centro universitário, grande centro empresarial, de profissionais da área de Medicina e de profissionais liberais.

A cidade está neste momento com muito matagal, bueiro entupido, árvore caindo. A malha asfáltica está quase toda esburacada, vai ter que ser feito um amplo trabalho para consertar o sistema asfáltico da cidade de Londrina. Os postos de saúde, infelizmente, em que pese a boa vontade do pessoal da área de Saúde, faltam médicos, faltam enfermeiros, medicamentos e falta vontade política das autoridades locais. Tem problemas de violência, problemas de empresas, faz quase oito anos que a cidade não atrai uma única grande empresa para fazer circular dinheiro e gerar os empregos que estão faltando na nossa cidade de Londrina. Há também à parte do servidor municipal. Que gente de garra! Eles trabalham com amor, evidente que eles precisam do salário, porque somos de uma país capitalista.

Lamentavelmente, o atual Prefeito que no passado era grevista, ficava na porta das empresas, nas greves para impedir um ou outro furador de greve, de repente aquele grevista tão destacado chegou ao cargo de Prefeito e fechou as portas da Prefeitura para qualquer tipo de entendimento com os servidores municipais.

A atual diretoria do SINDISERV, muito bem comandada pelo Marcelo, quero destacar o trabalho, é uma diretoria de garra, tem competência, sabe o que quer. Mas tem as portas fechadas do outro lado, não consegue sentar à mesa sequer para apresentar as suas reivindicações ao atual Prefeito que está terminando o cargo.

Nosso pronunciamento não é por isso, porque o atual Alcaide não pode mais ser candidato a reeleição. Mas lamento que um grevista de ontem, um piqueteiro de ontem, hoje no comando de uma Prefeitura tão importante que é Londrina, não tenha diálogo, não use de democracia. É uma deselegância com os servidores municipais.

Nobre Deputado Cheida, V. Exa. que também ocupou o cargo de Londrina, o pior é quando a Administração engana, não honra o compromisso com a palavra. Li na imprensa que o atual Prefeito mandou oferecer para os servidores uma reposição salarial de apenas 5%. Isso é quase que uma esmola. O servidor não quer esmola, ele quer ser tratado com dignidade e quer ter seu direito atendido, e com razão.

Pois bem, em que pese toda reação, vai fazer o quê? O homem está no cargo, na poltrona confortável de Prefeito, com o “bumbum” numa poltrona de Prefeito e não recebe os dirigentes o SINDISERV, colocando até num situação humilhante o Marcelo Vanejo e toda a diretoria do SINDISERV.

Pasmem os senhores, tinha um tempo em que dizíamos que a palavra de determinados homens valia pelo fio do bigode. Não precisava nem colocar assinatura. E determinadas figuras, nem assinando não honram com seus compromissos assumidos. De 5%, que era essa miserável reposição anunciada pela imprensa, o atual Prefeito resolveu voltar atrás, recuar, e resolveu baixar mais, para 3,2%. Meus senhores, isto é execrar e ninguém tem o direito de fazer isto com as servidoras e os servidores das Prefeituras, que trabalham - como eu disse - com competência, com amor. Se Londrina, esta cidade tão grandiosa, respeitada e admirada no Brasil e até em algumas cidades do exterior, devemos também compartilhar com as servidoras e os servidores da Prefeitura pelo trabalho que cada um presta no desenvolvimento da nossa cidade.

Por isso, quero aqui prestar minha solidariedade à diretoria do SINDISERV, nas figuras de Marco Ratto, de Marcelo Vanejo, de toda a diretoria. Nossa solidariedade a todos os servidores da Prefeitura de Londrina, que nunca passaram uma humilhação tão grande e tão demorada como estão enfrentando nestes oito anos que já estão se acabando e que não vão deixar nenhuma saudade, não. Se tem uma Administração que jamais vai deixar qualquer tipo de saudade é esta que está indo embora e que está sendo tirado o cargo, agora, com o voto do povo e que tenho impressão de que nosso povo está bem acordado e atento e principalmente os servidores, com este sofrimento, esta amargura, esta falta de consideração, respeito e diálogo do atual Prefeito, da atual Administração, com todas as servidoras e servidores da Prefeitura. Nosso respeito, nosso carinho, nossa solidariedade e um apelo ao Prefeito da cidade de Londrina. Por que fazer isso? Quase oito anos de mandato e ter coragem de colocar na imprensa que vai fazer uma reposição de 3,2%! Isto é humilhante. É uma vergonha. As servidoras e servidores da Prefeitura não merecem este tratamento tão indelicado, tão desumano que estão sofrendo na carne, hoje, na Prefeitura de Londrina.

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

No horário destinado à Liderança do PT, com a palavra o Professor Luizão.

Liderança do PT: Professor Luizão

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Me inscrevi até para fazer uma observação em relação à Segurança Pública no Paraná e parabenizar o Coronel Anselmo, que recém assumiu o Comando Geral da Polícia Militar e as mudanças que ele vem fazendo já deram uma dinâmica para a Segurança Pública, uma dinâmica e uma ação que já estão visivelmente dando resultados.

Acredito que com esta operação colocada nas ruas, se retirar os policiais da burocracia e dos gabinetes, porque lugar de policial militar que dá resultado, efetivamente, é na rua. Temos acompanhado, a população está apoiando, valorizando este trabalho, aprovando e se sentindo mais segura, o que é mais importante.

Esta nova dinâmica, e é claro que o Coronel Xavier é uma pessoa que sempre respeitamos muito, pela sua capacidade, mas ele tinha alguns problemas de saúde que o impediam de fazer tudo aquilo que era possível. Espero que esse projeto que está sendo implantado em Curitiba se estenda também para a região metropolitana, onde temos também muita sensação de insegurança por parte da população.

Aqui em Pinhais e Piraquara, junto ao Governo do Estado, conseguimos alguns avanços transformando ali um Pelotão em uma Companhia da Polícia Militar e já tem um Capitão que vai comandar a Companhia. Conseguimos também um convênio com a Prefeitura Municipal, que vai disponibilizar o local. Acredito que também a nossa luta será no sentido de implantar um novo Batalhão da Polícia Militar, porque até hoje temos apenas um Batalhão para cuidar de toda a região metropolitana e é evidente que na época em que foi definido que um Batalhão seria suficiente, a região metropolitana tinha apenas 1/3 da população de Curitiba, mas hoje essa situação está bastante igualitária, porque a quantidade da população de Curitiba é equivalente a da região metropolitana e em Curitiba temos três Batalhões da Polícia Militar e na região metropolitana apenas um, sediado em São José dos Pinhais.

Então, acredito que os Deputados da região metropolitana, a Comissão para Assuntos da Região Metropolitana deve levar adiante essa proposta para que tenhamos aí uma situação mais equilibrada e de mais segurança para a população dos municípios ao redor de Curitiba. E é claro que Segurança não pode ser vista só como uma obrigação do Governo do Estado. Acredito que os municípios devem assumir a sua responsabilidade nesse sentido. É, sim, obrigação do estado, mas é responsabilidade de todos trabalhar por uma Segurança melhor. Temos aí alguns municípios que implantaram a Guarda Municipal e os municípios que têm condições devem, sim implantar a Guarda Municipal. Acompanho alguns municípios que implantaram essa Guarda e o resultado é bastante positivo, como por exemplo São José dos Pinhais, Fazenda Rio

Grande, Araucária e inclusive em Mandirituba a população tem aprovado. Muitos municípios, é evidente, não têm recursos suficientes para contribuir também com Segurança Pública implantando a Guarda Municipal, mas os municípios que têm condições, e acredito que o município de Pinhais tem condições e já poderia ter implantado um serviço da Guarda Municipal para trabalhar em conjunto com a Polícia Militar e a Polícia Civil e dar mais segurança para a população.

Também não é só na repressão. A experiência mostra que quando o município ou a região, o bairro é bem iluminado, as ruas são limpas e o matagal é roçado, isso também contribui com a segurança, diminuindo os focos de criminalidade. Alternativas para as crianças, adolescentes, para que eles não tenham a possibilidade de ficar na rua, de brincar na rua, também contribuem para diminuir a criminalidade.

Área de esporte, cultura e lazer. As experiências que acompanhamos em alguns municípios do estado de escola integral, principalmente para aquelas crianças e adolescentes que se encontram em uma situação de risco, que ao sair da escola não tem um familiar para ficar, o pai e a mãe trabalham fora ou ela é filha de pais separados, então, nesses casos poderemos estar contribuindo com a segurança e com o futuro dessas crianças, dando a oportunidade de elas, no contraturno, fazerem um reforço escolar, fazerem atividades de dança, música, teatro ou esporte, como acontece em alguns municípios que têm o projeto de escola integral. Porque se conseguimos compatibilizar essas ações preventivas, principalmente dando oportunidade para as crianças, para os adolescentes, para os jovens terem oportunidade de cursos profissionalizantes, facilitando aí a conquista do primeiro emprego, tenho certeza que vamos estar diminuindo as possibilidades desses jovens e desses adolescentes serem conquistados pelos marginais.

Esse conjunto de ações, sem dúvida nenhuma, onde são implantados, onde os Prefeitos assumem também como sua responsabilidade trabalhar para diminuir o índice de criminalidade, trabalhar na prevenção com essas ações, somadas, é claro, com as ações repressivas da Polícia Militar e da Polícia Civil, estaremos com certeza construindo uma sociedade mais segura e um futuro melhor para as nossas crianças e para os nossos jovens. Além do mais, os municípios, com o PRONACE, o Programa recém-lançado pelo Governo Federal, eles também podem fazer jus ao recurso do Governo Federal para programas de prevenção à Segurança Pública.

Lamentavelmente, muitos municípios não se interessam pelos programas, não se inscrevem nos programas, não elaboram projetos, e aí deixam de receber recursos para atender a sua população. Os municípios que se interessam, que vão atrás das parcerias com o Governo do Estado, com o Governo Federal, assumindo as suas responsabilidades, estão tendo muito sucesso nesse trabalho. Então, é evidente que é obrigação do Governo a Segurança Pública? É. Mas é responsabilidade de todos.

Inclusive nós, cidadãos, podemos contribuir com a Segurança Pública cuidando melhor das nossas residências, tendo um trabalho mais preventivo, um trabalho de contribuição com os nossos vizinhos. Existem muitos programas aí propostos pelos Conselhos Comunitários de Segurança Pública, onde os vizinhos fazem parcerias entre eles, combinam as coisas, um cuida da casa do outro, um ajuda a prevenir quando o outro vai viajar. Então, a responsabilidade é de todos. É difícil quando não existe parceria, não existe contribuição, não existe entendimento, daí é evidente, porque muitas ações violentas acontecem aonde a Polícia não tem como evitar, acontece em lares aonde as famílias estão desestruturadas, onde há o tráfico de drogas, e aí muitas vezes fica difícil.

Então, quero parabenizar mais uma vez o trabalho da Polícia Militar do Paraná que tem implantado uma dinâmica diferente, de impacto, e que tem dado bons resultados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Pela Liderança do PMDB, Deputado Dobrandino, por 10 minutos.

Liderança do PMDB: Deputado Dobrandino da Silva

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero registrar aqui na Casa algumas das ações do Governo do Estado lá na minha região, no oeste do Paraná. Nessa semana que passou acompanhamos o Secretário de Segurança, Gilberto Martins, em vários municípios aonde inauguravam várias obras importantes do Governo. E eu faço isso porque as pessoas me perguntavam: “Por que tanta crítica ao Governo, nós assistimos a TV SINAL da Assembléia, se nós aqui estamos contentes”. E é bom que se diga que a aprovação do Governo, a satisfação das pessoas aonde nós andamos é muito grande. Isso contraria o que houve aqui na Assembléia.

Então, acompanhamos o Secretário Deputado Felipe Lucas, inauguramos na cidade de Medianeira um Centro de Saúde da Mulher e da Criança, obra importantíssima, onde a população toda estava lá acompanhando essa inauguração, inclusive já está funcionando o posto, aonde foi construído com 100% de recursos do Governo do Estado, todo equipamento desses postos é colocado com recursos do estado, e sem falar, Deputados, que o Governo vai repassar mensalmente um recurso para manutenção. Então, é claro que a população só pode estar contente. É um posto bem instalado, muito bem equipado.

Também acompanhamos o Secretário Gilberto Martins, que faz um grande trabalho na área da Saúde, no município de Iguatu. Um município pequeno, pobre, onde acompanhei a inauguração de um Posto de Saúde da Mulher e uma creche, também com recursos do Governo

do Estado. E já está atendendo 122 crianças. E não tinha nenhum no município. A população toda acompanhou a inauguração. E o Prefeito dizia que foi tudo com recurso do nosso Governo do Estado. A Biblioteca Cidadã que já está funcionando, é muito bonita, também com recursos do estado. Tinham umas máquinas novas que estavam entregando, tudo com recursos do estado. Tanto é que 90% da população do município estava lá apoiando e aplaudindo essas inaugurações.

Tenho escutado a Oposição, e ela está no seu papel, mas é bom destacar o que de bom o Governo faz. Porque lá fora a população não está entendendo. Tanto é que a desaprovação do Governo é muito grande.

Também foi inaugurado na cidade da Deputada Luciana Rafagnin o hospital regional, feito pelo Governo do Estado. As pessoas vinham do sudoeste do Paraná para Curitiba. E agora, com certeza, a maioria dos casos de saúde será lá resolvido.

Então, há um investimento muito grande do Governo, principalmente na área da Saúde neste Paraná afora.

Sabemos quantos hospitais regionais estão sendo construídos. Como é justificado aqui pelos Deputados de Ponta Grossa, dos investimentos do Governo na área da Saúde.

Na verdade, a população está aprovando isso, porque são obras que vem de encontro ao interesse da população. E, grande parte dos municípios irão receber esses benefícios. Falta muito ainda, o Governo pretende construir esse Posto de Saúde da Mulher na maioria dos municípios, principalmente nos municípios mais pobres.

O Governo está trabalhando e muito e a população está recebendo os benefícios.

Não poderia deixar de registrar aqui, porque acompanhei e ouvi a população, ouvi os agradecimentos ao Governo do Estado.

Quero entrar numa área onde o Governo também é dedicado, que é a Segurança Pública. E sabemos que é difícil a Segurança no Brasil de hoje.

Na minha cidade, Foz do Iguaçu, que o Deputado Chico Noroeste também é da nossa cidade e constata isso, tivemos grandes dissabores em função do número altíssimo de homicídios naquela cidade, em função da entrada da droga que vem do Paraguai, que é fortíssima a pressão para entrada da droga vindo do Paraguai para o Brasil e lá é um descalabro, na verdade, a droga na cidade.

Conversamos com o Governador e ele resolveu combater isso com mais força e aumentou o número de policiais em Foz do Iguaçu. O Pelotão já é bastante amplo e tenho a satisfação de dizer que o número de homicídios, em Foz do Iguaçu, caiu nesses últimos meses mais de 50%. Então, é uma presença forte do Governo, através da Polícia Militar e da Polícia Civil. Claro que esses índices são muito além do que gostaríamos que fosse, mas o Governo está trabalhando, está investindo muito na Segurança da minha cidade e isso tem surtido efeito.

Acompanhamos a entrega de várias viaturas novas, viaturas zero quilômetro para a Polícia Civil e Polícia Militar, de propriedade do Governo. É bom que se diga: não são locadas. O Governo recolheu as viaturas locadas e entregou viaturas que foram compradas pelo Governo, viaturas novas para aquelas regiões, que vão dar condições da Polícia realizar um bom trabalho. Então, vimos o avanço grande que houve. Espero que o Governo continue nessa direção, investindo para dar garantia à população e melhorar a qualidade de vida do nosso povo porque é um trabalho, na verdade, forte do Governo.

Dificuldades existem. Na minha cidade tem mil e uma dificuldades. Como disse, agora, o Deputado Antonio Belinati sobre a cidade de Londrina. Foz do Iguaçu não é diferente quanto à falta de investimento do município na área social. Muitas das entidades sociais, que atendiam ao município, fecharam por falta de ajuda do município. É claro que com isso a violência dispara na cidade. O Governo do Estado está presente, está trabalhando, faz um grande trabalho e nós estamos acompanhando isso e fazendo todo esforço para que o Governo esteja presente para atender a nossa população.

Quero deixar este registro aqui na Casa deste trabalho do Governo. Sabemos que existem muitas dificuldades em outras áreas, mas o Governo tem se esforçado para fazer um bom trabalho e corresponder às expectativas da comunidade.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Obrigado!

Liderança da Oposição, por 10 minutos. Deputado Valdir Rossoni com a palavra.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, Deputado Praczyk, V. Exa. que me ouve com atenção.

Estou propondo à Mesa a convocação do Diretor-Presidente da ParanaPrevidência para que ele venha a esta Casa prestar algumas informações que são necessárias.

Hoje, lendo os jornais, há notícias de aplicações da ParanaPrevidência de 50 milhões em Bancos privados. Até aí tudo bem. O que me assusta dessa situação é de que uma diretoria trabalha com R\$ 3,4 bilhões, que são a garantia do futuro dos servidores públicos estaduais, e um Diretor Financeiro, não vem ao caso aqui fazer julgamento ou pré-julgamento, melhor dizendo, tem autonomia de aplicar esses recursos onde ele bem entender. Claro que se ele vier aqui falar para nós, ele vai dizer que fez um amplo estudo, que é a melhor aplicação, o melhor resultado. Tudo isto até eu faço. Agora, acho que é muita grana na mão de um Diretor Financeiro e as informações que tenho é de que a decisão da aplicação desses recursos foram tomados sem a concordância da diretoria da ParanaPrevidência.

Então, Deputado Romanelli, também tenho outras dúvidas. Levantei aqui, há 15 dias, que o Governo não vem cumprindo com partes de recursos que ele tinha que estar recolhendo à ParanaPrevidência, esses recursos já aproximam-se de R\$ 1 bilhão. E qual a minha preocupação? Se há algo em que o Paraná hoje é vanguarda, está na frente, serve de exemplo, foi a criação da ParanaPrevidência.

Veja a situação, hoje, do estado do Rio Grande do Sul - é um estado quase que falimentar - trabalha para pagar a folha de pagamento dos inativos e dos servidores que estão trabalhando, porque não tem um sistema previdenciário como o do estado do Paraná. E o que está acontecendo com o sistema previdenciário do Paraná? Se o Governo do Paraná já deve aproximadamente 1 bilhão, quem vai pagar esta conta? Este Governo se aproxima do seu segundo ano, vai para o terceiro, a Assembléia Legislativa não toma providências e quando terminar este Governo a dívida certamente vai aumentar. O próximo Governo, por ser um novo Governo, vai ter recursos para pagar esta dívida que o estado está deixando? Eu poderia aqui dizer, este rombo que está deixando na ParanaPrevidência? Quando vai ter o reflexo da falta desses recursos? O reflexo vai acontecer no futuro, quando um outro Governador estiver dirigindo este estado.

Então, não quero aqui tirar nenhuma conclusão, Deputado Romanelli, mas nós que temos a obrigação de acompanhar o Executivo, acredito que poderíamos aqui entrar num entendimento: convocar. Por que convocar? Convocar a pessoa, marcar hora, dia, vem aqui, presta os esclarecimentos. Não quer dizer, de repente ele vem aqui e nos convence e saímos daqui satisfeitos, mas não podemos ficar nessa dúvida. Vamos aqui fazer uma pergunta aos Parlamentares: quem é que tem conhecimento onde estão sendo aplicados os recursos da ParanaPrevidência, tirando essa notícia de hoje desses investimentos de 50 milhões no Banco Pactual?

Então, vejam o seguinte: numa aplicação, Deputado Dobrandino, são 50 milhões, num dia são 400 milhões. É muita grana, gente! Para fazer uma aplicação dessas, para mexer com esses recursos, olha, acho que não tinha só que ouvir a diretoria da ParanaPrevidência, acho que tinha que ouvir todos os servidores públicos, porque é o futuro deles que está em jogo. Se mal aplicados esses recursos, se conduzidos de uma forma errada, num futuro próximo vamos fazer o quê? O estado devendo 1 bilhão, aproximado, não estou dizendo números exatos, aproximado 1 bilhão, ele tem um débito com a ParanaPrevidência, ele não vem dando a sua contrapartida à ParanaPrevidência, que é prevista em lei, não vem cumprindo a lei.

De um outro lado, você vê um Diretor Financeiro aplicar 50 milhões sem a concordância da diretoria, a diretoria não assinou, não autorizou, não houve uma reunião do Conselho para deliberar sobre essa situação.

Deputado Romanelli, está colocado a V. Exa. que é o Líder do Governo, está colocado o nosso requerimento, mas podemos e faço aqui uma proposta, esta questão de

convocação ou convite, o que não pode é passar da semana que vem. Tem que ser na semana que vem, porque, vamos dizer que tudo está certo, mas há algo que está errado, o Governador numa “escolinha” disse que os recursos públicos do Governo do Paraná têm que estar depositados e aplicados em Bancos públicos. Então, no mínimo, esse Diretor desobedeceu uma determinação do Governador, porque salvo eu esteja equivocado, nesta “escolinha” estão lá todos os nomeados em cargos em comissão e cargos de confiança, acredito que o Governador também, fora o que discordamos da “escolinha”, O Desembargador Lipmann deu uma enquadrada no Governador, mas na questão de determinação de como o Governo deve agir, a “escolinha” serve para alguma coisa. Este Diretor deve ter ouvido o Governador, acredito que no dia que o Governador o nomeou para a ParanaPrevidência deve ter dito a ele - os recursos da ParanaPrevidência que são os recursos mais volumosos do estado, o estado não tem estes recursos, quem tem estes recursos é a ParanaPrevidência, eu duvido que o Governador não tenha dito para esse Diretor: “Olha, quero ver esses recursos aplicados em Bancos públicos.” Agora esse cidadão, sem reunião com a diretoria, sem deliberação, sem consulta a ninguém, aplica 50 milhões num Banco e não sabemos o porquê, e aí gera toda essa dúvida.

Se como Parlamentares não achamos isso estranho, acredito que o Governador vai achar, porque desobedeceu uma ordem sua. Agora temos obrigação, mais do que nunca, de chamarmos aqui o Diretor-Presidente, o Diretor Financeiro, o Diretor Jurídico, todas as pessoas que têm essa responsabilidade, para virem trazer aqui um extrato da vida financeira da ParanaPrevidência para não sermos cobrados pela história e pelos servidores públicos, porque temos a responsabilidade de zelar pela coisa pública! E o sistema previdenciário do estado do Paraná é um modelo para o país, mas temos que zelar por isso!

Então, Deputado Romanelli, espero que V. Exa. peça para a Bancada do Governo que aprove este requerimento, porque não é nenhum demérito alguém ser convocado. Assisto à noite as Sessões do Congresso Nacional, principalmente do Senado da República e todos os dias tem Ministros, pessoas falando do Governo. Nós aqui também podemos fazer isso.

Então, poderíamos aqui, para a semana que vem, claro que se aprovarmos o requerimento, tem um prazo regimental, mas de repente, num acordo, marcamos aí para segunda, terça ou quarta-feira, que dê o tempo necessário para que a pessoa venha aqui esclarecer esses fatos. Não precisa ser aqui no Plenário, até tenho observado que as reuniões têm sido muito mais produtivas na CCJ e no plenarinho, mas o importante para mim não é o local e nem a hora, é o esclarecimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

DISCRIMINAÇÃO	Valor	PERCENTUAL (%)			Limite Legal (3506)	
	(R\$ milhões)	Carteira	Total	PL Fundo	Do total	PL Fundo
TÍTULOS FEDERAIS	3.667,9	100,00	94,51		100%	
Certificados Financeiros do Tesouro	1.214,8	33,12	31,30			
- CFT série A (IGP-DI + 6% aa) - 267.492	452,1	12,33	11,65			
- CFT série D (Var US\$ + 6% aa) - 999.596	762,7	20,79	19,65			
LFT (SELIC)	1.343,6	36,63	34,62			
NTN-B (IPCA+Jrs. Médio de 7,84% aa)	1.109,5	30,25	28,59			
FUNDOS DE RENDA FIXA	178,9	100,00	4,61		80%	20%
- BB Institucional FI Renda Fixa	53,5	29,91	1,38	3,49		
- BRADESCO FI Referenciado DI Premium	15,6	8,72	0,40	0,71		
- FI Caixa Brasil Títulos Públicos RF	53,6	29,96	1,38	1,81		
- FI Brasil Referenciado DI LP	25,3	14,14	0,65	4,43		
- HSBC FI Ref. DI Crédito Privado LP Inst.	0,4	0,22	0,01	0,05		
- UBSPactual Yield DI FI Referenciado	15,2	8,50	0,39	0,24		
- UNIBANCO Institucional DI FI Refenciado	15,3	8,55	0,40	2,70		
FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL (CVM)	0,0	100,00	0,00		20%	
IMÓVEIS	34,3	100,00	0,88			
TOTAL DOS RECURSOS	3.881,1	100,00	100,00			
Ptax do dia 31/03/08 - 1,7491						
Ptax do dia 30/04/08 - 1,6872						

Títulos federais, onde está o grosso do dinheiro aplicado da ParanaPrevidência, R\$ 3 bilhões e 667 milhões de reais, se dividido, CFT 1 bilhão e 214 milhões é aquele dinheiro da venda dos royalties de energia, que foi feita pelo Governo anterior e que foi transformado nesses certificados.

Fiz questão de ler esses números, primeiro para demonstrar que o dinheiro está aqui, está bem aplicado, não há nenhum prejuízo ao estado. Vi inclusive as taxas de aplicação, porquê que houve a decisão. A decisão foi em função de quanto que estavam pagando essas instituições. Essa a alegação que contrária, vou dizer mais uma vez, à orientação do Governador Requião. A orientação tem que ser feita com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica.

Hoje, a Caixa é a gestora de todo o pagamento dos inativos do estado, é o Banco que melhor relação tem conosco, enfim, de que grande serviço tem prestado ao estado do Paraná e ao Brasil.

Não há razão de ter dinheiro em banco privado, não há mix que justifique isso. Até porque o grosso do dinheiro sabemos que está aplicado mesmo no bom e velho título público, pago pelo Governo Federal.

Quero dizer também Deputado Rossoni, que entendo que podemos convidar para vir aqui a esta Casa ou convocar. Entendo que seja necessário chegar a um entendimento sobre esse tema, para que as pessoas expliquem porque aplicaram em uma instituição privada.

Mais do que vir aqui e explicar para a Oposição e para a Situação, explicar ao Governador Requião. Não conversei com o Governador Requião, mas não preciso conversar com ele, porque como bem disse V. Exa. eu também vou sempre à Escola do Governo e ouço a orientação do Governador Requião.

A primeira coisa que fiz quando a COHAPAR foi tirar a conta da COHAPAR e passar para a Caixa Econômica Federal. Até porque é, no mínimo, inteligência colocar o dinheiro naquele que era o meu financiador.

Digo isso porque é isso mesmo, a Escola de Governo serve como instrumento de orientação do desenvolvimento das políticas do nosso Governo e não é dado a nenhum integrante do nosso Governo não saber exatamente aquilo que determina aquele que legitimamente foi eleito e que governa o Paraná e que é titular do destino do povo paranaense, por conta da indecisão democrática do povo do nosso estado.

Esse é um tema que tem que ser tratado com a seriedade, inclusive, V. Exa. falou da história de 1 bilhão. V. Exa. sabe que não existe nenhum bilhão de passivos, o estado está pagando direto a conta-prestação, isso até nós podemos aprofundar essa discussão.

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)

Me parece, Deputado Romanelli, que todo investimento feito por uma instituição como a ParanaPrevidência, quando se fala em grandes quantidades de dinheiro,

deve haver um parecer do Conselho. Se não me falha a memória, o Deputado Rossoni falou em Conselho, V. Exa. pode confirmar se o Conselho autorizou a colocar o dinheiro em Bancos públicos ou não. Tem que ter um Conselho porque um Diretor sozinho não pode tomar essa decisão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Entendo que provavelmente não haja legalidade da operação. Isso concordo com o Deputado Rossoni. Entendo que não deve haver nenhuma ilegalidade na aplicação em instituições privadas. Entendo que não é esse o problema. Estamos tratando de um outro tema aqui, que é da falta de cumprimento de uma ordem do Governador do Estado. O dinheiro da ParanaPrevidência para aplicar em Banco público e não em Banco Privado.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB) (Aparte)

Considero a ParanaPrevidência um dos órgãos mais fiscalizados do país. Até porque fiz a lei de criação dela, presta conta ao Tribunal de Contas, ao Ministério da Previdência, ao Banco Central, tem auditorias. Inclusive, a gestão é superconservadora. Acho que tem que mudar a gestão, deveria agir como a Fundação COPEL, a Fundação SANEPAR, Itaipu, PETROBRAS, qualquer empresa privada também, que tem uma gestão com melhores resultados e toda a garantia. Quanto ao Governador, até por excesso de zelo, manda colocar só em Bancos públicos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço o aparte. A decisão do Governador é uma decisão fruto de um amadurecimento em relação a esse tema e eu também entendo que a melhor aplicação é nos Bancos públicos. E quero dizer a V. Ex. que certamente poderemos estar discutindo esse requerimento para transformar num convite, para que eles possam vir aqui explicar todos esses detalhes. Acho que podemos nos aprofundar sobre esse tema.

Hoje deve estar sendo julgado em Porto Alegre se mantêm funcionando ou se vai fechar o famigerado pedágio da Econorte, em Jacarezinho. Cinco milhões de reais eles embolsam do povo paranaense e brasileiro. Cinco milhões de reais por mês. Este é um valor que o Juiz Federal de Jacarezinho apurou em maio de 2006. V. Exas. vejam o dinheiro que estes pedágios ganham. Mas, em Porto Alegre tem uma votação que está em 1x1. Esperamos que o terceiro voto seja a favor dos interesses do povo do norte pioneiro e do Paraná.

Por isso, estou aqui rezando para que Deus ilumine nosso Desembargador Federal e que ele possa votar a favor dos interesses do povo do estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Ninguém mais desejando fazer o uso da palavra passa-se, de imediato, à

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Está encerrada a Hora do expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 129/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a doação de equipamentos: ultra-sonografia geral e um eletrocardiógrafo com laudo para a Secretaria da Saúde do município de Cândói. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1325, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, solicitando licença para tratamento de saúde, a partir da presente data, conforme especificado no atestado médico em anexo, pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1333-A de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, solicitando autorização para representar o Poder Legislativo nos dias 27/05 a 01/06, no evento XII Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, a ser realizada em Fortaleza, estado do Ceará. **À Comissão Executiva.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 082/08, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública o Clube de Mães e Amigas do bairro de Santa Felicidade, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ.

Em discussão o projeto, ressalvada a emenda.

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/08, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança do bairro Batel, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 171/08, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que declara de utilidade pública o Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade - Moisés Barbosa da Silva, com sede e foro no município Moreira Sales comarca de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ.

Em discussão o projeto. Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em discussão a emenda. **Aprovada.**

1ª Discussão

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Criança Futuro - ABEC, com sede e foro na comarca de Bandeirantes. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/07, de 13/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 124/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Criança Futuro - ABEC, com sede e foro na comarca de Bandeirantes, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 621/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que denomina de Vereador Pedro da Cruz Sobrinho, a ponte sobre o rio Iguaçu localizado na entrada do município de São Mateus do Sul, na PR-476, conforme especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 099/07, de 27/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 621/07

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, tem como escopo denominar de Vereador Pedro da Cruz Sobrinho a ponte sobre o rio Iguaçu localizada na BR 476, na entrada do município de São Mateus do Sul, como forma de reconhecimento aos serviços prestados pelo Vereador naquela cidade.

Fundamentação

O projeto em questão encontra sua legitimidade no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico. (grifos nossos)

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual do Paraná determina que qualquer membro da Assembléia Legislativa pode iniciar Leis Ordinárias e Complementares:

Art 65. A iniciativa das Leis Complementares e Ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Desta forma, constatamos que o projeto de lei em análise encontra respaldo constitucional sendo, portanto, dotado de constitucionalidade.

Ainda, quanto a técnica legislativa, não apresenta nenhum óbice na Lei Complementar 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Diante do exposto, uma vez que o projeto de lei em análise encontra-se dotado de constitucionalidade e legalidade, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27/05/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 844/07, de autoria do Deputado Plauto Miró, que dispõe sobre a reserva de lugares e a adaptação de cinemas e teatros para acesso e uso de pessoas com deficiência físico-motora. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. COM EMENDA DA CECECT. Aprovado. (Publ. no DA nº 157/07, de 04/12/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PRO-
JETO DE LEI Nº 844/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame nesta Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do Deputado Plauto Miró, tem por objetivo estabelecer a obrigatoriedade de reserva de lugares e a adaptação de cinemas e teatros para acesso e uso por pessoas com deficiências físico-motoras.

O dispositivo constitucional invocado pelo autor estabelece que a competência legislativa para dispor sobre esta matéria assiste aos Poderes Legislativos das três esferas de Governo.

Importa lembrar que por força do que dispõe o inciso II, do artigo 23 da Constituição Federal, a competência comum da união, dos estados e dos municípios, não é apenas legislativa, é também material, no sentido de assegurar a efetiva acessibilidade e a inserção social das pessoas com necessidades especiais, mediante a promoção de ações e obras públicas que garantam a efetiva inclusão social destes cidadãos.

Não obstante é recomendável adequar os termos da lei proposta ao tratamento moderadamente dispensado às pessoas com necessidades especiais, atendendo a política pública nacional de inserção social dessas pessoas. O termo deficiente físico, por si só já traz uma idéia de segregação.

Pelo o exposto e ausência de qualquer óbice de natureza constitucional, legal ou regimental ao projeto de lei em exame, esta Comissão manifesta seu parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 26/02/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPOR-
TES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 844/07

P A R E C E R :**Relatório**

As políticas afirmativas para os portadores de necessidades especiais resultam em integração e melhora da qualidade de vida dos portadores e pessoas do seu convívio, para isso o projeto proposto pelo nobre Deputado, solicita adaptações de acesso ao cinema e ao teatro para aqueles que possuem deficiência físico-motora.

Parecer do Relator

Sensibilizar e conscientizar a população, os empresários da indústria criativa e o Poder público para a necessidade de adaptação dos espaços culturais para o fácil acesso a todos.

O conceito de acessibilidade deve ser ampliado não só para pessoas com deficiências físicas, mas também a todos: muito altos, gordos, idosos, crianças, etc.

Na atualidade, cerca de 14,5% da população tem problemas com deficiência, a acessibilidade, mais do que uma questão técnica, é uma questão de cidadania.

Considerando, o parecer deste Relator é favorável e pede-se pela aprovação.

Sala das Comissões, em 31/03/08.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
BETI PAVIN - Relatora

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 844/07**

Art. 1º Os teatros, salas de cinema, cultura e casa de espetáculo e shows artísticos, estabelecidos no estado do Paraná, mantidos pela iniciativa pública ou privada, deverão destinar, no mínimo, 0,5% (cinco por cento) de seus lugares para uso exclusivo de pessoas com deficiência físico-motora.

O artigo 1º passa ter a seguinte redação:

“Art. 1º Os teatros, salas de cinema, cultura e casa de espetáculo e shows artísticos, estabelecidos no estado do Paraná, mantidos pela iniciativa pública ou privada, deverão destinar, no mínimo, 5% (cinco por cento) de seus lugares para uso exclusivo de pessoas com deficiência físico-motora e obesa.”

Sala das Comissões, em 31/03/08.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
BETI PAVIN - Relatora

Apoioamento:

Teruo Kato e Edgar Bueno.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 844/07**

P A R E C E R :

A presente emenda da Comissão de Educação, Esportes, Ciência e Tecnologia ao Projeto de Lei nº 844/07, tem por objetivo estender também às pessoas obesas a garantia de inserção social em salas de cinema e de teatro ou em casas de espetáculos, shows e manifestações culturais em geral.

Preliminarmente, é de lembrar que não se trata de uma emenda aditiva ao projeto de lei e sim de uma emenda modificativa, posto que a novidade que se pretende introduzir à redação original do projeto de lei, apenas altera seu texto sem, no entanto, acrescentar-lhe um novo dispositivo.

Não obstante, a iniciativa é louvável e sob o aspecto da sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, nada há que impeça o seu acolhimento e aprovação.

Portanto é favorável o parecer desta Comissão de Constituição e Justiça à emenda modificativa apresentada.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

Apoioamento:

Tadeu Veneri, Luiz Claudio Romanelli, Artagão Júnior, Nereu Moura, Luiz Carlos Martins e Waldyr Pugliesi.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/08, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário da Vila “C” - CCVC, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 027/08, de 02/04/08, em Projetos de Lei).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 132/08**

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declara de utilidade pública o Conselho Comunitário da Vila “C” - CCVC, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, o artigo 2º ao dispor “revogadas as disposições em contrário”, fere a Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa, pois assim determina: “Art. 9º A Cláusula de revogação, deverá enumerar expressamente, as leis ou disposições legais revogadas”. Desta forma sugere-se a emenda supressiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 132/08**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda supressiva ao Projeto de Lei nº 132/08, que passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 148/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública o PROVOPAR de Maringá - Programa do Voluntariado Paranaense, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 033/08, de 15/04/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 148/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, tem por objetivo declarar de utilidade pública o PROVOPAR de Maringá, com sede e foro no município de Maringá.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1326, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Retirado pelo autor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Querira, Sr. Presidente, aceitando a proposta do Deputado Valdir Rossoni, transformar essa convocação em um convite para que eles possam vir à sala das Comissões para serem ouvidos e aí podem vir o Presidente e o Diretor Financeiro para poderem, de fato, explicar esses temas, pois todos eles são importantes e relevantes, e daí poderíamos acertar uma data na próxima semana que fosse da convivência dos Parlamentares e discutiríamos também em qual das Comissões faríamos essa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Consulto o autor.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Concordo, Sr. Presidente. Retiro o requerimento, mas apenas gostaria de ter o compromisso do Líder do Governo que isso acontecesse na próxima semana.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Retirado pelo autor.

Requerimentos nºs 1314 a 1319, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1320-A, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1321, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1323 e 1324, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1325-A, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1327 e 1328, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1334, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1334-A, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1335, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1332-A, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Retirado pelo autor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, entendo que na verdade o requerimento do Deputado Jocelito atende os pressupostos legais dos pedidos de informações, mas, sinceramente, acabamos banalizando um pouco os pedidos de informações. Ele poderia mandar um ofício para a Secretaria da Educação, que lhe daria todas essas informações que ele requer sobre a questão da Educação. Se ele conversar com a Chefe do Núcleo da Educação, ela passaria para ele todas essas informações por telefone. São dados que, na verdade, a chefia do Núcleo tem. Quais são as informações requeridas? Quantas escolas públicas estaduais existem em Ponta Grossa? E isso ele deve saber, inclusive. Se fosse algum outro Deputado de Ponta Grossa, talvez não soubesse isso, mas ele sabe. Quantos alunos estão matriculados nas escolas públicas estaduais de Ponta Grossa? E desse montante, quantos estudam pela manhã, quantos estudam à tarde e quantos estudam à noite? Qual o percentual de meninos e de meninas matriculados?

Sinceramente, Deputado Jocelito, V. Exa. conversa com a Chefe do Núcleo e ela tem todas essas informações. Se V. Exa. não conseguir as informações com a Chefe do Núcleo, dou a minha mão à palmatória e aprovo

aqui o requerimento em que V. Exa. está solicitando essas informações. Mas, entendo que é banalizar o pedido de informação com informações tão simples de serem obtidas, pois com um telefonema certamente ele terá todos esses dados.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Com a palavra o Deputado Jocelito, autor do requerimento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, jamais quero banalizar um pedido que considero muito importante. Tudo o que é oficial é bom. Quando você pede uma informação, às vezes, por telefone, ela não é oficial, a não ser que você grave, aí é oficial. Agora, Sr. Presidente, o que estou querendo na verdade é que outro dia pedi à COPEL de Ponta Grossa alguns dados, nessa mesma linha, e não recebi, dizendo que tinha que ser oficial pela Assembléia e em um outro dia o Tribunal de Justiça também mandou vir pela Assembléia. Mas o que quero, na verdade, é buscar algumas informações, porque estamos trabalhando, para o ano que vem, de 5ª a 8ª série em período integral e preciso saber exatamente quantos alunos oficialmente temos matriculados nas escolas da região de Ponta Grossa, para fazermos um cálculo do que pode ser período integral e do que não pode.

Mas, seguindo um pedido de V. Exa., jamais vou banalizar. Quando alguém me oferece alguma coisa, fico tão feliz em receber e V. Exa. me oferece a oportunidade de receber alguma coisa, que são as informações.

Então, Sr. Presidente, quando alguém me oferece alguma coisa, eu não peço nada, mas quando alguém me oferece eu fico esperando que me entregue o que me ofereceu. Então, aguardo as informações e retiro o pedido de informação.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Retirado o requerimento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Só quero registrar aqui, hoje é aniversário do Deputado Péricles de Mello. Ficou quieto, não contou para ninguém, diz que tem uma programação para hoje. Parabéns ao Deputado Péricles.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

No bar da esquina, após às 18h.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 016/08.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 082 e 171/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 124, 621 e 844/07 e 132/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Ata de Comissão

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 044/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

Publicações Administrativas:

Pregão Eletrônico

Modalidade: Pregão Eletrônico 007/08 - Protocolo 2335/08.

Objeto: Aquisição de papel A4, conforme abaixo.

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 007/08

Lote	Empresa Vencedora	Especificações	Valor
1	Papelaria Renascença Ltda.	100 caixas de papel A4 75 gr/m2 com 210x297mm, cor branca multifuncional, papel ecoeficiente, caixa com 5.000 folhas (dez resmas).	7.600,00

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO